

MACHINA MUNDI



Fernando Cristóvão
(diretor)

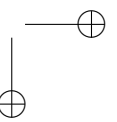
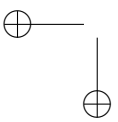
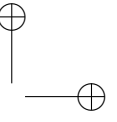
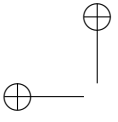
II Série

n.º 4
(janeiro de 2012)

CLEPUL

ISSN – 2182-169

www.clepul3machinamundi.org/



OS IUSIADAS DE L. DE CA.

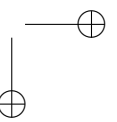
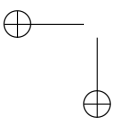
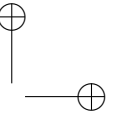
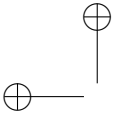
Que lo nembrodo & bar baro Gigante,
Do Rei Saul, com causa tam temido,
Vendo o Pastor inerte estar diante,
So de pedras & esforço apercebido,
Com palouras soberbas o arrogante,
Despreza o fraco moço mal vestido:

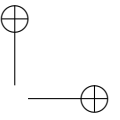
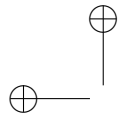
Machina
Marruã

Que está ajudado da alta fortaleza,
A quem o Inferno horrifico se rende,
Co ella o Castelhana, & com destreza,
De Marrocos o Rei comete & offende.
O Portugues que tudo estima em nada,
Se faz temer ao Reino de Granada.

Eis as lanças & espadas retenião,
Por cima dos arneses, brauo estrago,
Chamão (segundo as leis que ali seguião,)
Hús Masamede, & os outros Sançliago,
Os feridos com grita o ceo ferião,
Fazendo de seu sangue bruto lago,
Onde outros meios mortos se afogauão,
Quando do ferro as vidas escapauão.

Com

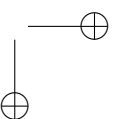
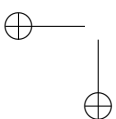


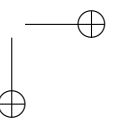
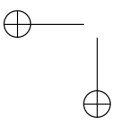
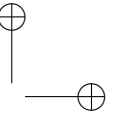
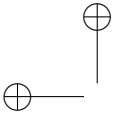


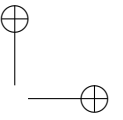
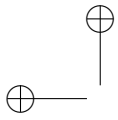
MACHINA MUNDI

II Série, n.º 4

janeiro de 2012







Fernando Cristóvão
(diretor)

MACHINA MUNDI

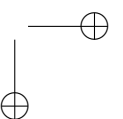
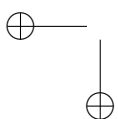
II Série

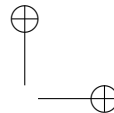
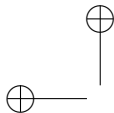
n.^o 4

CLEPUL

Lisboa

2012





LUSO Sofia:press

FICHA TÉCNICA

Título: *Machina Mundi*

II Série, n.º 4, janeiro de 2012

Diretor: Fernando Cristóvão

Comissão Científica: Annabela Rita, Beata Cieszynska, José Eduardo Franco, Maria José Craveiro

Coordenação Técnica: Sofia Santos, Luís da Cunha Pinheiro e Maurício Ieiri

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

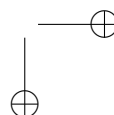
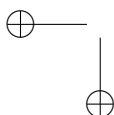
Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Lisboa, janeiro de 2012

ISSN – 2182-169

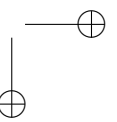
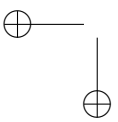
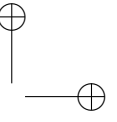
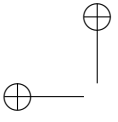
Os textos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

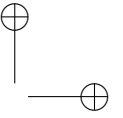




“Ves aqui a grande machina do Mundo,
Etherea e elemental que fabricada
Assi foi do saber alto, e profundo”

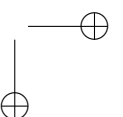
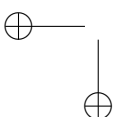
Luís Vaz de Camões, *Lusíadas*, Canto LXXX

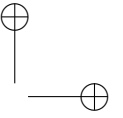
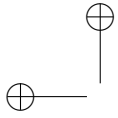




Índice

I EDITORIAL	7
Entre a ideia da “nação política” e o conceito de “estado-nação”. Questões “centrais da Europa para o século XXI”	9
Resumo	11
II TEXTOS	13
O Natal ortodoxo e as tradições natalícias na Sérvia	15
Um Natal português na escrita de Ilse Losa	19
O Pequeno Príncipe segundo uma tipologia simbólica	23
França, País de Extremos	31
III ENTREVISTA	35
Maria José Grosso	37
IV RECENSÕES CRÍTICAS	43
George, João Pedro, <i>Putá que os Pariu! A Biografia de Luiz Pacheco</i> , Lisboa, Tinta-da-China, 2011. 623 pp.	45
V POESIA	53
[fragmentos	55





VI EFEMÉRIDES 59

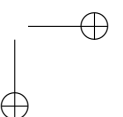
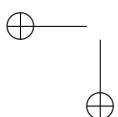
Eduardo Lourenço galardoado com o Prémio Fernando Pessoa para o ano 2011	61
500 Anos sobre o nascimento do Cardeal D. Henrique	62

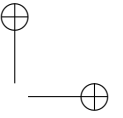
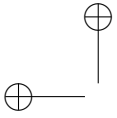
VII EVENTOS 65

Inauguração da Exposição “Tinta-da-China: Uma exposição de Pintura Chinesa Contemporânea”	67
Exposição coletiva de fotografia checa FEMINAE	67
I Curso: Nação e Memória	68
2.º ciclo de conferências <i>Patrimónios de Influência Portuguesa</i>	68
Seminário Permanente sobre Escrita de Viagens: Relatórios de Arabistas Portugueses, Intérpretes das Missões Oficiais Enviadas ao Magrebe nos Séculos XVIII-XIX	69
Conferência “Memórias da Guerra em Tempo de Paz”	70
Representação do autor da criação do mundo ou princípio do mundo	70
Oficina “Lisboa nas narrativas” – de “Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental”	70
Conferência “O Brasil nos Arquivos Secretos do Vaticano”	71
Colóquio sobre Bibliotecas Particulares: “Tratar, Estudar, Disponibilizar: um futuro para as Bibliotecas Particulares”	71

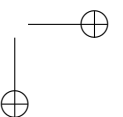
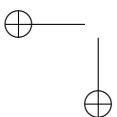
VIII PUBLICAÇÕES DO CLEPUL 75

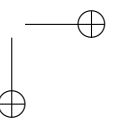
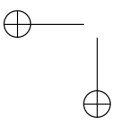
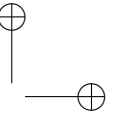
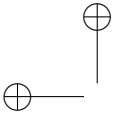
Sinopse de livros editados ou apoiados pelo CLEPUL	77
--	----



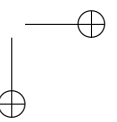
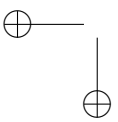
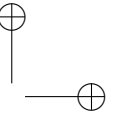
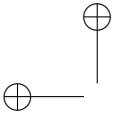


IX ARQUIVO DOCUMENTAL	81
Reconquista de Lisboa aos Mouros	83





Parte I
EDITORIAL

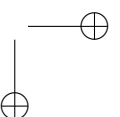
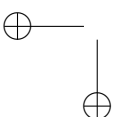


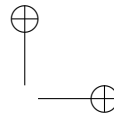
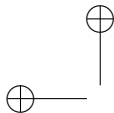


Entre a ideia da “nação política” e o conceito de “estado-nação”. Questões “centrais” da Europa para o século XXI?

Seguindo as linhas da atividade e objetivos do nosso Centro **CLEPUL**, a *Machina Mundi* tenciona convidar leitores para aprofundar a reflexão sobre a variedade nacional e cultural da Europa. Nos últimos anos, com várias iniciativas, temos tentado inspirar a investigação sobre este importante desafio, ainda mais urgente nestes tempos de incerteza e crise. Por isso, gostaríamos de voltar aos frutos do Congresso Internacional “A Europa das Nacionalidades. Mitos de Origem: discursos modernos e pós-modernos” (Aveiro, 9 a 11 de maio de 2011), bem como, e associada com este evento, à V^a Semana Ibero-Eslava na FLUL (9-17 de maio). Lembramo-nos das teses das conferências e dos seus dois key-notes speakers, que, de fato, ofereceram uma espécie de moldura para o repensamento das origens e processo de atribuição das nacionalidades ao longo do desenvolvimento estatal da Europa até ao estado presente na União Europeia.

A abertura pertenceu ao Prof. Patrick Geary (California University), o autor do estudo *O Mito das Nações*, que de novo evidenciou a impossibilidade imanente de encontrar uma única etnia “pura” para a Europa, sublinhando o elemento de vontade e escolha no poder das construções míticas apresentadas ao longo da história nos vários territórios europeus. Assim, Patrick Geary deu a ideia de que a Europa da presente crise, está igualmente na fase de poder





escolher as suas histórias com o poder de criar a sua origem multinacional e o seu destino unido.

O debate sobre os “usos do passado europeu”, assim aberto, continuou até à reflexão de encerramento do Prof. Zygmunt Bauman, que dirigiu-se à procura dos padrões modernos da Europa Central, para lá encontrar as questões que chamava “centrais”. Olhando para esta parte do nosso continente o autor da *Europa, uma Aventura Inacabada*, propôs rever os dois históricos estados modernos, casos específicos de monarquias com o estatuto de comunidade multinacional, fundadas na diversidade. O primeiro estado central europeu indicado por Zygmunt Bauman terá sido a República Polaco-Lituana, “Rzeczpospolita”(1569-1795), o segundo o Império Austro-Húngaro (1867 a 1918). Para além de ter representado a mesma região da Europa, ambos tinham na sua complexidade nacional a oscilação entre a nação política, construída e defendida face aos estados-nações que emergiam na sua vizinhança e *corpus*. De acordo com a proposta de Prof. Bauman – apoiada pela *Maquina Mundi* – vale a pena repetir esta lição da história sobre dois casos, para revelar a sua “centralidade” para a Europa e o seu processo de unificação, como as suas características anti-unificadoras.

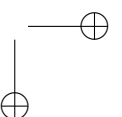
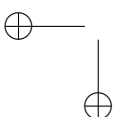
Beata Cieszynska





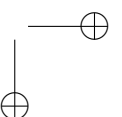
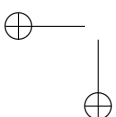
Resumo

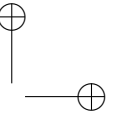
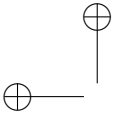
No rescaldo das festas natalícias, este número da *Machina Mundi* encerra essa quadra com dois textos que abordam duas perspetivas culturais acerca do Natal. A festa ortodoxa, celebrada, precisamente, em Janeiro, é-nos apresentada por Anamarija Marinović no seu tradicionalismo sóbrio e despojado, em que a introspeção e meditação religiosas constituem o ponto central das ações festivas. Já a Professora Maria do Céu Mascarenhas coloca em diálogo o contraste festivo de duas culturas a partir da perspetiva da autora para livros infantis, Ilse Losa, uma alemã refugiada no Porto cujas dificuldades de adaptação se espelharam numa festa que deveria ser familiar e acolhedora. Uma perspetiva já menos infantil acerca de um conto que, habitualmente, pode ser lido por crianças e jovens, é-nos apresentada por Ismênia Pego que analisa *O Príncipezinho* de Saint-Exupéry à luz da fenomenologia de Bachelard. Entroncando no editorial, terminamos o número deste mês com uma reflexão do Professor José Eduardo Franco acerca das particularidades culturais da França, país de extremos, e uma das nações mais poderosas de uma Europa que hoje tem mais do que nunca necessidade de se afirmar. Destacamos, neste número, a entrevista à Professora Maria José Grosso, diretora do Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira e dos Estudos Pós-graduados (Mestrado e Doutoramento em Língua e Cultura Portuguesa, PLE/PL2), e especialista em Linguística, procurando averiguar o modo como a língua portuguesa tem sido vista e estudada no estrangeiro. A secção Poesia é neste número dedicada ao





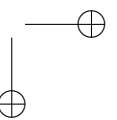
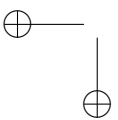
poeta Jorge Vicente, autor já com obra publicada, que nos revisita à originalidade e pureza dos conceitos e da língua, numa lucidez que, embora delicada, nos faz habitar questões humanas importantes que, à partida, nos estão vetadas pela sua inefabilidade.

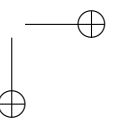
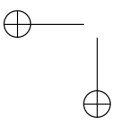
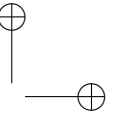
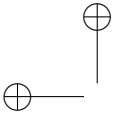




Parte II

TEXTOS







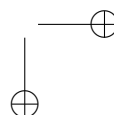
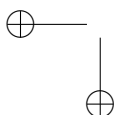
O Natal ortodoxo e as tradições natalícias na Sérvia

Anamarija Marinović¹

Para os cristãos ocidentais (católicos romanos, protestantes e as suas derivações) o Natal foi festejado no dia 25 de dezembro. Esta data é contada segundo o calendário gregoriano, proclamado oficialmente pelo papa Gregório XIII em 1582. Ainda que também o usem algumas das igrejas ortodoxas (a romena, a búlgara e a grega), pode dizer-se que a aceitação deste calendário por parte destas igrejas provavelmente teve raízes mais na política do que na religião.

As restantes igrejas ortodoxas (a russa, a ucraniana do patriarcado de Moscovo, a sérvia e os patriarcados de Alexandria, de Antioquia, de Constantinopla e as comunidades ortodoxas na Terra Santa) festejam o nascimento de Cristo no dia 7 de janeiro, utilizando o calendário juliano, “inventado” por

¹ Mestre em Língua e Cultura Portuguesa PLE/ PL2 pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde atualmente está a frequentar o Doutoramento, preparando uma dissertação intitulada *Motivos de Beleza e Amor no Cancioneiro Popular Português e Sérvio*. Traduziu a obra *A Europa Descantada* de Eduardo Lourenço para sérvio. Participou em vários congressos, como por exemplo o das “Ordens e Congregações Religiosas em Portugal”, “A Europa das Nacionalidades”, e em diversas conferências sobre as culturas ibéricas e eslavas em contacto e comparação. As principais áreas de investigação são as literaturas comparadas, a literatura popular e o folclore e tópicos ibéricos e eslavos.





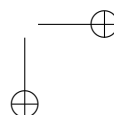
Júlio César. Mesmo que seja aparentemente treze dias atrasado, as igrejas ortodoxas na sua maioria respeitam o calendário juliano porque não reconhecem a autoridade do papa.

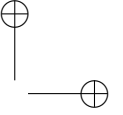
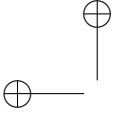
Ao Natal ortodoxo precede um período de seis semanas de jejum, isto é época em que não se pode comer nada de origem animal (carne, queijo, ovos, laticínios) salvo o peixe. Além do peixe podem comer-se frutas, legumes e cereais. A restrição no regime alimentar é apenas uma introdução num período de maior oração, reflexão sobre os próprios pecados, do perdão e de pensar-se mais nos outros. É um período de disciplina e contenção, de partilha e rigor, que termina depois da liturgia natalícia e da comunhão, sendo permitidos os alimentos da origem animal, como sinal de alegria pelo nascimento do Filho de Deus. O tempo de jejum simboliza o período em que o mundo vivia no paganismo e no pecado, e por isso as pessoas têm que “purificar-se” e preparar-se dignamente para a vinda do Salvador ao mundo.

Entre as tradições natalícias na Sérvia há que distinguir a saudação tradicionalmente usada por pessoas praticantes da religião ortodoxa: “Paz de Deus, Cristo nasceu”, a que se responde com “De verdade nasceu”. Se alguém cumprimentar uma pessoa simplesmente com “Feliz Natal”, ninguém, levará a mal, mas é mais conveniente respeitar-se o espírito natalício e não esquecer que o Natal é uma festa religiosa, dedicada a Jesus Cristo.

Nas casas sérvias é costume o pai da família introduzir palha, para lembrar o presépio em que nasceu o Deus-menino Cristo, para lém de um ramo de carvalho que tem que ser queimado à noite. Mesmo que haja quem afirme de que se trata de uma tradição pagã dos eslavos balcânicos, segundo a lenda, São José ia de casa em casa procurando algo com que pudesse aquecer a Mãe de Deus e a Cristo recém-nascido e todos rejeitavam-no e fechavam-lhe a porta, até que encontrou no chão um ramo de carvalho. Este ramo em sérvio chama-se “badnjak”, e tem a ver com o verbo “bdeti” que significa “velar”.

Na mesa do Natal deve haver carne (e se for de porco, melhor, porque depois de seis semanas de jejum, o organismo precisa de recuperar as forças e energias), deve haver bolos, porque o Natal é o aniversário de Jesus Cristo e deve ser festejado dignamente e deve haver um pão redondo amassado com água benta em vez da água simples. Este pão chama-se “česnica”. É feito pela mãe, em casa e não se pode comprar nas lojas. A mãe põe no pão uma moeda. Quando o pão for cozido, os membros da família dão-lhe três voltas e partem-no com as mãos e não com a faca, para não se magoar o corpo de Cristo que





o pão representa. A quem calhar a moeda vai ter sorte, saúde, sucesso, amor e tudo aquilo que deseja, mas essa pessoa torna-se também responsável pela felicidade dos outros.

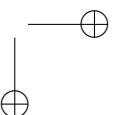
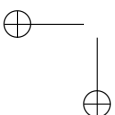
A primeira pessoa que entra em casa no dia do Natal chama-se “položajnik” e representa um dos pastores que vieram fazer uma reverência a Cristo recém-nascido. Essa pessoa traz prendas à família, mas também recebe, geralmente meias ou camisas, para lhe serem úteis nos dias de Inverno. No Natal os ortodoxos também trocam prendas, coisas que costumam ter mais valor simbólico do que material e podem ser feitas pelos membros da família.

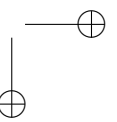
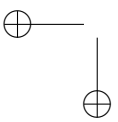
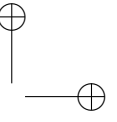
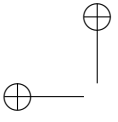
Antes do Natal as crianças vão de casa em casa e cantam cânticos natalícios e em troca recebem frutas, rebuçados e pequenas prendas.

O Natal é o dia de verdadeira alegria, que só se sente correctamente se se cumpre o jejum, se evita o exagero na comida, e dá-se a saber que depois de um período de renúncia e sacrifício alguns alimentos mais fortes e alguns comportamentos mais rigorosos são merecidos. Esta imagem arraigou-se tanto nas tradições sérvias que até existe um provérbio popular: “Não há dia sem a luz solar, nem verdadeira festa sem o Natal”. Desejando a todos os cristãos ortodoxos um feliz Natal, a Machina Mundi repete a saudação tradicional natalícia:

“ Paz de Deus, Cristo nasceu!

De verdade nasceu!”







Um Natal português na escrita de Ilse Losa

Maria do Céu Mascarenhas²

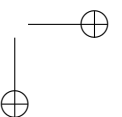
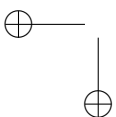
“Estrangeiro aqui, como em toda a parte”

Fernando Pessoa

Ilse Losa (1903-2006), judia alemã que se refugiou em Portugal em 1934, fugida ao nacional-socialismo que já então, mesmo antes de deflagrar a segunda guerra mundial, ia fazendo vítimas enquanto estendia as suas garras opressoras e malélicas, encontrou neste país, como tantos outros judeus, alemães e não só, um porto de abrigo.

Portugal era, já nessa altura, sobretudo pela sua situação geográfica no extremo da Europa e à beira do Oceano Atlântico – mais tarde, haveria de sê-lo também pela neutralidade, ainda que dúbia, que o Governo português

² Mestre em Estudos Literários Comparados da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1989).



adoptou no decurso do conflito –, um destino apetecido, quer como local de exílio, quer como ponto de passagem para daí partir para as Américas.

Ilse Losa, por via de burocracias administrativas e circunstâncias várias, contou-se entre os refugiados que acabaram por permanecer. O seu local de acolhimento foi o Porto, a segunda cidade mais importante do País, que, contudo, se apresentava aos olhos de tais forasteiros como um recanto provinciano que parecia ter ficado retido no tempo, não possuindo traços de cosmopolitismo que se assemelhassem a uma grande cidade europeia.

A exilada Ilse Lieblich – o seu apelido civil e literário deve-se ao posterior casamento da escritora com o arquitecto português Arménio Taveira Losa, cuja nacionalidade adotou –, inicialmente desagradada e confundida com a pobreza e atraso civilizacional que encontrou, acabou por se acomodar aos habitantes e aos costumes da terra que a acolheu. Com as conhecidas tenacidade e disciplina alemãs, aprendeu a língua estrangeira e conseguiu dominá-la de tal modo que, ainda que inicialmente com a ajuda de jovens literatos e artistas em cujo círculo se integrou, especialmente a de Óscar Lopes, foi no idioma de Camões que resolveu desenvolver a sua obra literária.

Escritora multifacetada – que se tornou inclusivamente bem conhecida das crianças portuguesas pelos muitos livros infantis que escreveu e lhe valeram até, em 1984, o Grande Prémio Gulbenkian –, enriqueceu a literatura portuguesa com a sua vasta obra, pela qual perpassam as memórias doces da primeira infância vivida com os seus avós, a grande ternura pelo avô judeu que diariamente lhe dava a sua bênção. O que mais conquista o leitor adulto, porém, são as descrições que, em livros como *O Mundo em que Vivi*, *Rio sem Ponte*, *Sob Céus Estranhos* e nas crónicas reunidas em *À Flor do Tempo* (Grande Prémio da Crónica da APE), evocam o nazismo aterrador, cruel e criminoso; mas atrai-o também a arte com que Ilse Losa nos mostra facetas de várias culturas, a forma como descreve a sua aprendizagem da interculturalidade, o seu olhar sobre o Portugal de então, especialmente sobre o Porto de então, que retrata com a solidez de um fresco.

De entre os numerosos contrastes e confrontos culturais narrados, realce-se aqui a decepção da jovem exilada no primeiro Natal que passou na sua terra de acolhimento.

Ilse estava acostumada a uma festa natalícia requintada, passada “no con-



forto da sala”³. A personagem Josef Berger (uma das transmutações literárias da autora, que (re)vive trechos da biografia desta), que em Portugal adaptara o seu prenome ao português José, recorda, em *Sob Céus Estranhos*: “Pelo Natal havia o pinheiro alto, carregado de luzes, de bolas de vidro, e bichos de maçapão e com um anjo prateado no topo”⁴. Em casa dos avós de José, “cantavam-se, na noite de Natal, as canções que falavam do nascimento do Menino Jesus”⁵.

Tais lembranças, a que a distância no tempo, no espaço e nas circunstâncias decerto emprestam uma aura de ainda maior fulgor, são conspurcadas pela realidade do Portugal pobre (“naquele pequeno país vive-se como aqui [na Alemanha] há cinquenta anos”⁶), em cuja segunda cidade mais importante havia gente a cozinhar a lenha, coisa que “não podia ter ocorrido à minha mãe [de José Berger]... que... julgava os fogões de lenha pertencentes à pré-história”⁷.

Ora, na crónica “*Natal com ‘todos’*”⁸, a autora conta que fora convidada para passar o Natal em casa da família de um conhecido, o que aceitara com prazer, na expectativa de “um convívio agradável, mas também uma boa refeição. Refeição festiva, em nada comparável ao meu quotidiano”⁹. Vestiu, pois, um traje domingueiro e, munida de um ramo de flores para oferecer, ia “bem disposta e na perspectiva de um carnudo pato assado à moda da minha mãe”¹⁰.

Enorme foi a sua frustração quando “uma rapariga de aventalzinho branco”¹¹ (o que deixa pressupor que se tratava de uma família com alguns meios, uma vez que empregava uma serviçal) entrou “com uma travessa descomunal... a abarrotar de bacalhau cozido com todos”¹².

Remata a cronista que “felizmente os ‘todos’ eram abundantes e as rabadadas excelentes” – sinalizando assim que não tocara no bacalhau, o então

³ Ilse Losa, *Sob Céus Estranhos*, 3.ª edição, Porto, Afrontamento, 1982, p. 16.

⁴ *Ibidem*.

⁵ *Ibidem*, p. 17.

⁶ *Ibidem*, p. 36.

⁷ *Ibidem*, p. 59.

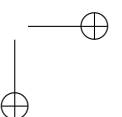
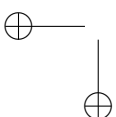
⁸ Ilse Losa, *À Flor do Tempo – Crónicas*, Porto, Afrontamento, 1997.

⁹ *Ibidem*, p. 15.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Ibidem*, p. 16.

¹² *Ibidem*.



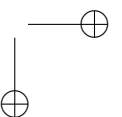
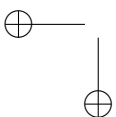


“fiel amigo” dos portugueses, a que Ilse Losa frequentemente alude nas suas obras como tratando-se de uma ementa, quase omnipresente na mesa portuguesa, que desencadeia um desagrado inicial nos estrangeiros com hábitos de maiores requintes, aos quais também incomodam o “fedor das sardinhas”¹³ e a quem a “sopa de azeite”¹⁴ desperta gracejos.

Não se pense, porém, que tais aversões iniciais perduram. Ilse Losa acaba por ser cativada pela forma portuguesa de ser e de estar, de tal modo que inicia a referida crónica “*Natal com todos*” afirmando: “Para que não haja mal-entendidos: há muito que sei apreciar o bacalhau cozido e faço dele o meu prato quinzenal”.

¹³ *Sob Céus Estranhos*, p. 141.

¹⁴ *Ibidem*, p. 41.





***O Pequeno Príncipe* segundo uma tipologia simbólica**

Ismenia Pêgo¹⁵

Tomando como ponto de partida as proposições de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, apresentadas na obra *Dicionário de Símbolos*, e as perspectivas simbólicas desenvolvidas por Gaston Bachelard, pretende-se aqui fazer uma leitura fenomenológica d’*O Pequeno Príncipe*¹⁶, de Antoine de Saint-Exupéry.

O autor, dotado de um *imaginaire* literário, cria imagens que reproduzem a formação da alma humana em toda a sua essência. É o ser-humano sadio de Bachelard que se mostra em todo o seu processo de desenvolvimento. *O Pequeno Príncipe* representa essa trajetória da alma humana, obrigatória a todos os seres “sadios”. E como é uma trajetória da alma humana, só pode ser feita pelo próprio ser, com seus próprios pés.

Observe que o pequeno príncipe reside solitariamente em seu planeta; é a única espécie humana existente e, que convive com todas as suas emoções, exteriorizadas na forma dos baobás, dos vulcões e da flor: os baobás, “a erva

¹⁵ Licenciada em Letras – Português, Espanhol e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola. Pós-Graduada em Literatura Infanto-Juvenil. Professora integrada no projecto *De olho no futuro*, voltado para a preparação dos alunos do 3.º ciclo para ingresso em Escolas Técnicas. Coordenadora Pedagógica numa Escola Secundária, RJ, Brasil.

¹⁶ Em Portugal, a tradução do título é *O Príncipezinho*.





daninha”, os fantasmas, os demônios contra os quais ele precisa lutar; os vulcões, o calor que vem do ventre da terra, que aquecem e que “alimentam” a vida, que dá ânimo e força; a flor, a representação do outro, a necessidade de comunicação com o mundo exterior, o amor, o afeto, o carinho.

Observe também que esse indivíduo é príncipe – o *pequeno príncipe* – e não rei. É um ser que se encontra em processo de crescimento, simbolizando a promessa de um poder supremo. Este poder, que exprime as virtudes régias ainda não dominadas nem exercidas, está simbolizado pelo elemento solar. Fonte da luz, do calor, da vida, o sol é a manifestação da Divindade, o fecundador, símbolo universal do rei; é o arquétipo do grande-pai, o princípio gerador masculino e de autoridade, que instrui, educa, dá consciência, disciplina, moraliza. Admirar o sol é desejar, pois, o conhecimento, a consciência plena, e o príncipezinho perde horas admirando o pôr-do-sol:

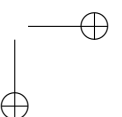
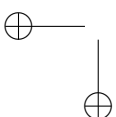
- Gosto muito de pôr de sol (...)
- Um dia eu vi o sol se pôr quarenta e três vezes!

O sol aguça a consciência dos limites, é a luz do conhecimento e a fonte de energia. Esse conhecimento é buscado pelo príncipe, que é pequeno, é criança. Como criança, tem curiosidade, uma enorme sede de conhecimento, de respostas para as suas indagações, por isso *nunca esquecia a pergunta que houvesse formulado*.

Espontânea, tranquila, concentrada, sem intenção ou pensamento dissimulados, a criança é o símbolo de inocência, é o estado anterior ao pecado e, portanto, o estado edênico, o arquétipo da criança-divina.

Pela sua proximidade ao estado embrionário, a infância associa-se à idéia de princípio e de formação do ser. O estado embrionário simboliza a soma das possibilidades de ser e, como princípio, está ligado à Terra.

Na evolução psicológica do homem, a imagem da criança indica a conquista da paz interior e da autoconfiança. Inicia-se, então, uma jornada ao princípio vital para se alcançar a ascensão espiritual. Para encontrar a totalidade da vida moral, o príncipezinho precisa viajar pelos sete planetas, que representam a associação do número quatro – *que simboliza a terra* – com o número três – *que simboliza o céu* – cuja síntese simboliza a perfeição, a divindade. E é no sétimo planeta – a terra, *símbolo da grande-mãe, o princípio passivo* – que o ser humano completará seu ciclo.





Não é sem propósito que o autor escolhe o deserto como terreno para essa trajetória humana. Terra árida, desolada, sem habitantes, o deserto simboliza a indiferenciação inicial ou a extensão superficial, estéril, debaixo da qual tem de ser procurada a Realidade¹⁷. No esoterismo ismaélico, é o ser exterior, o corpo, o mundo, o literalismo que a pessoa percorre cegamente, sem perceber o Ser divino escondido no interior dessas aparências¹⁸:

(...) A gente se senta numa duna de areia. Não se vê nada. E no entanto, no silêncio, alguma coisa irradia...

É no deserto que o príncipe encontrará a sua verdadeira essência e, para começar, é preciso descer às profundas camadas da consciência, que surge sob a forma de serpente – *uma breve encarnação da Grande Serpente Invisível*¹⁹, *causal e atemporal, senhora do princípio vital e de todas as forças da natureza, o arquétipo ligado às fontes da vida e da imaginação*. Esta invisível serpente-princípio que abandona os ímpetus masculinos para fazer-se feminina, enroscando-se, abraçando, beijando, é o símbolo duplo da alma e da libido: *Ela enrolou-se na perninha do príncipe, como um bracelete de ouro*.

Senhora do princípio vital, é a serpente que estabelecerá também o “final” da trajetória do príncipe na Terra, numa manifestação renovada da vida.

Esse retorno ao princípio é vital para a descoberta da sua essência, por isso o príncipezinho escalou uma grande montanha:

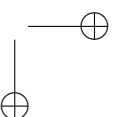
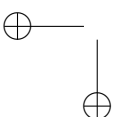
De montanha tão alta, pensava ele, verei todo o planeta e todos os homens.

A montanha, símbolo da transcendência e da manifestação, é o encontro do céu e da terra, o meio de entrar em relação com a Divindade, como um retorno ao princípio. E como esse é um processo interno, o mundo não lhe pode dar respostas. Todo o apelo ao mundo exterior transforma-se, assim, em eco, o duplo do próprio “eu”, indagativo e aflito:

¹⁷ Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dicionário de Símbolos*, 7.^a ed, Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*.





- Bom dia, disse ele inteiramente ao léu.
 - Bom dia. . . Bom dia. . . Bom dia. . . respondeu o eco. (. . .)
- Que planeta engraçado! pensou então. É todo seco, pontudo, salgado.
E os homens não têm imaginação. Repetem o que a gente diz (. . .).

Somente esse retorno ao princípio é que lhe possibilita achar a estrada que o conduzirá ao grande saber:

Mas aconteceu que o príncipezinho, tendo andado muito tempo pelas areias, pelas rochas e pela neve, descobriu enfim uma estrada. E as estradas vão todas na direção dos homens.

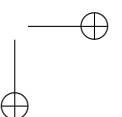
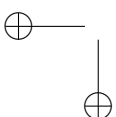
É no jardim que o príncipe começa a ter acesso ao conhecimento, a fazer descobertas. É ele o sítio do crescimento, do cultivo de fenômenos vitais e interiores. Símbolo do paraíso terrestre, do Cosmo de que ele é o centro, do Paraíso celeste, de que é a representação, dos estados espirituais, que correspondem às vivências paradisíacas, o jardim representa a cultura por oposição à natureza selvagem, a reflexão por oposição à espontaneidade, a ordem por oposição à desordem, a consciência por oposição ao inconsciente:

Era um jardim cheio de rosas.

Depois, refletiu ainda: “Eu me julgava rico de uma flor sem igual, e é apenas uma rosa comum que eu possuo. Uma rosa e três vulcões que me dão pelo joelho, um dos quais extinto para sempre. Isso não faz de mim um príncipe muito grande...” E, deitado na relva, ele chorou.

O encontro com a raposa, duplo da consciência humana, coloca-o diante das grandes verdades existenciais e representa o momento de conscientização dessas verdades.

Era uma raposa igual a cem mil outras. Mas eu fiz dela um amigo. Ela é agora única no mundo.





Por fim, o príncipe parte em busca de um poço. Símbolo da abundância e fonte de vida, o poço realiza uma espécie de síntese de três ordens cósmicas (*céu, terra, inferno*) e de três elementos (*água, terra e ar*). É ele próprio um microcosmos e uma via vital de comunicação:

Ele riu, pegou a corda, fez girar a roldana. E a roldana gemeu como geme os velhos cataventos quando o vento dormiu por muito tempo.

– Tu escutas? Disse o príncipe. Estamos acordando o poço, ele canta. . .

Sua água é a luz, a palavra, o verbo gerador que faz do poço o símbolo do Conhecimento. Simbolizando o conhecimento, o poço representa também o homem que atingiu o conhecimento:

Tenho sede dessa água, disse o príncipezinho. Dá-me de beber. . .

.....

(...) Ele bebeu, de olhos fechados. Era doce como uma festa. Essa água era muito mais que um alimento. (...) Era boa para o coração, como um presente.

E o príncipezinho acrescentou:

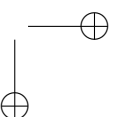
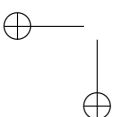
– Mas os olhos são cegos. É preciso buscar com o coração. . .

Como símbolo do conhecimento, é a seu lado que se operam encontros essenciais. É ali, junto ao poço, que o príncipezinho completa sua trajetória de ascensão espiritual, num encontro definitivo com a serpente, encarnação do princípio vital:

Hesitou ainda um pouco, depois ergueu-se. Deu um passo. Eu. . . eu não podia mover-me.

Houve apenas um clarão amarelo perto da sua perna. Permaneceu, por um instante, imóvel. Não gritou. Tombou devagarinho como uma árvore tomba (...)

A morte adquire um sentido não de fim, mas início de renovação e de renascimento. Libertadora das penas e preocupações, ela abre acesso ao reino do espírito, à vida verdadeira, simbolizando a mudança profunda por que o homem passa sob o efeito da Iniciação. Como todas as iniciações atravessam uma fase de morte antes de abrir o acesso a uma vida nova, ela tem um valor





psicológico: ela libera das forças negativas e regressivas, ela desmaterializa e libera as forças de ascensão do espírito. Ligada ao simbolismo da terra – *princípio passivo* –, ela é a própria condição para o progresso e para a vida:

- Eu também volto hoje para casa. (...)
- Eu parecerei sofrer... eu parecerei morrer. É assim (...)
- (...) Eu parecerei morto e não será verdade...

Faz um ano esta noite. Minha estrela se achará justamente em cima do lugar onde caí o ano passado...

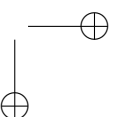
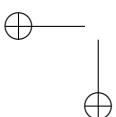
A estrela aqui é vista como elemento essencial a esse rito de passagem. Seu caráter celeste faz com que seja também símbolo do espírito e, particularmente, do conflito entre as forças espirituais (*ou de luz*) e as forças materiais (*ou das trevas*). Transpassando a obscuridade, as estrelas são faróis projetados na noite do inconsciente e simbolizam o acesso ao Céu através de uma porta estreita, cuja dimensão alarga-se só por um instante, permitindo o interstício entre os dois níveis cósmicos.

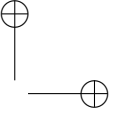
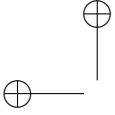
- Tu sabes... minha flor... eu sou responsável por ela! (...)

A imagem da flor sempre acompanhou o príncipe em toda a sua jornada. Símbolo da perfeição acabada, uma realização sem defeito – observe que a rosa se preparou, dias e dias, com muito esmero:

mas a flor não acabava mais de preparar-se, de preparar sua beleza, no seu verde quarto. Escolhia as cores com cuidado. Vestia-se lentamente, ajustava uma a uma suas pétalas. Não queria sair, como os cravos, amarrotada. No radioso esplendor da sua beleza é que ela queria aparecer. Ah! Sim. Era vaidosa. Sua misteriosa toilette, portanto, durara dias e dias.

Podemos entendê-la como a personificação do desejo humano de realização total. Voltar para ela representa, pois, atingir a plenitude do ser. Simbolizando também o coração, o amor, representa o ser humano crescido, preparado para sair do seu egocentrismo e abrir-se para o outro. Esse outro que





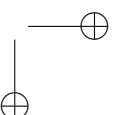
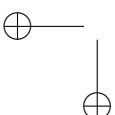
precisa de carinho, de atenção, de cuidados. E o príncipe sempre teve um extremoso cuidado com a rosa, desde que ela desabrochou e, aí, se faz ver o arquétipo da grande-mãe:

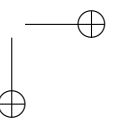
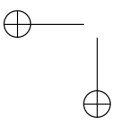
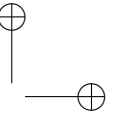
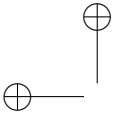
(...) foi a ela que eu reguei. Foi a ela que pus sob a redoma. Foi a ela que abriguei com o paravento. Foi dela que eu matei as larvas (exceto duas ou três por causa das borboletas). Foi a ela que eu escutei queixar-se ou gabar-se, ou mesmo calar-se algumas vezes. É a minha rosa.

O encontro com o ser, com a sua verdadeira essência é tarefa não muito simples, que exige um mergulho no abismo do inconsciente e um confronto com o desconhecido. Só aquele que encarna o arquétipo do herói é capaz de empreender essa jornada, como o nosso pequeno príncipe. Por ser herói, tem direito a toda a parte mágica do saber, como o seu arquétipo divino Ógmios²⁰. Este nosso herói é também o arquétipo do velho-sábio, pois nada deixa escapar. Em sua caminhada, vive todas as experiências profundamente, bebendo nelas o seu precioso “néctar”, capaz de levá-lo à imortalidade da alma, ao princípio da renovação.

O pequeno príncipe é, pois, a grande metáfora da alma humana, com todos os seus arquétipos.

²⁰ *Ibidem.*







França, País de Extremos

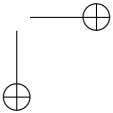
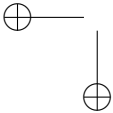
José Eduardo Franco²¹

A França, com a sua grande cultura, tem sido um dos países mais influentes da chamada civilização ocidental. Por isso, tornou-se para muitos o país-referência em muitos planos. Sobre a França muito se tem escrito. Raro é o homem de cultura ou de espiritualidade que não se tenha referido de algum modo a este país riquíssimo de arte, de pensamento, de criação de beleza.

Detentor de um território situado no coração da Europa Ocidental em forma quase hexagonal, a França é um país rico em agricultura e com uma paisagem favorecida pelos belos conjuntos de flora que lhe dão graça e uma diversidade equilibrada pela boa organização humanizante do território.

A história da presença humana naquele país remonta à pré-história com vagas de povos que ali encontraram solo fecundo para fundar povoações desde o tempo do Paleolítico. Depois os galos e os francos do tempo a História Antiga Pré-Romana e Romana deram-lhe a primeira identidade com raízes reconhecidas ainda hoje. A romanização modelou o primeiro berço coerente

²¹ Diretor Adjunto do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL), Presidente do Instituto Europeu Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes. Obteve o grau de doutoramento na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris na área de História Moderna e Contemporânea e na especialidade de História e Civilizações, dirigida pelo Professor Doutor Bernard Vincent, com a classificação final de Très Honorable avec Félicitations e com indicação do Júri para que a tese, intitulada *O mito dos Jesuítas em Portugal – séculos XVI-XX*, fosse publicada em Língua Francesa.



de uma comunidade que iria adquirir um sentido para além da lógica circular tribal. O Cristianismo anunciado através da rede do Império Romano deixou cedo raízes entre as elites urbanas, permitindo criar aquela que é considerada uma das primeiras nações cristãs da Europa.

Realmente hoje a França é conhecida como o país laico e secularizado por excelência em virtude da deriva de autonomização crescente do temporal em relação ao poder espiritual, a partir da célebre Revolução Francesa ocorrida no século das Luzes (1789), e da proclamação dos três valores-pilares que fundaram a utopia de uma sociedade nova, a sociedade liberal: Igualdade, Liberdade e Fraternidade.

A França, com as invasões napoleónicas, cujos duzentos anos se comemoraram nos últimos três anos, espalhou por toda a Europa, que, por sua vez, semeou pelo mundo os ideais de uma revolução francesa que abalou os fundamentos do chamado Antigo Regime, o regime assente no poder absoluto do Rei, e lançou as bases das sociedades democráticas contemporâneas.

De facto, a França é um país-berço de ideias novas que revolucionaram aquela nação que se tornou modelo de transformação sociopolítica para muitas outras nações. Muitos dos acontecimentos que historicamente se têm passado em França acabaram por influenciar o resto do mundo. Lembre-se, apenas, a proclamação dos Direitos do Homem e do Cidadão, a criação do regime republicano, o Maio de 68... Por isso, a França tem sido um país-fonte, um país-inspirador e um país-motor. A sua capital, apelidada de Cidade das Luzes, aludindo à importância da afirmação da razão e da ciência pelos pensadores que ali forjaram ideias novas, ainda hoje se nos apresenta como um espécie de museu vivo, o testemunho de um passado glorioso que ainda nos esmaga de espanto.

França foi o país dos grandes projectos e também das grandes tragédias. Tudo em França parece ter sido concebido em grande. Basta calcorrear Paris e contemplarmos os seus monumentos, os seus edifícios públicos para concluirmos que muita razão há naquele adágio que usamos recorrentemente para caracterizar grandes empreendimentos: “À grande e à francesa...” O Museu do Louvre, a Torre Eiffel, o Arco do Triunfo, os Campos Elísios...

Acima de tudo vejo a França como um país de extremos, pois a sua histórica permite-nos caracterizar esta nação como nação-paradoxo.

De facto, se a França se considerou durante muitos séculos a si própria como um reino cristianíssimo, o mais cristão e o mais católico do mundo,



também hoje se considera o país do laicismo por excelência, o país mais laico do mundo. E ainda hoje se pode observar em Paris esse convívio entre dois ideários antagonizados: a prática fervorosa do catolicismo e o laicismo extremo.

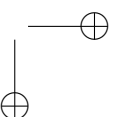
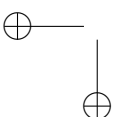
De facto, França tanto foi o país promotor das Cruzadas, o palco da Guerra dos Cem Anos como foi o proclamador dos Direitos do Homem e do Cidadão.

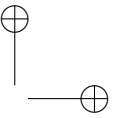
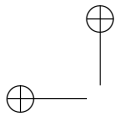
Foi tanto sede de massacres e de regimes de poder absolutíssimo como o de Luís XIV e de Robespierre, com uso indiscriminado da punição capital pela guilhotina, como foi o berço da ideia de liberdade e da autonomia do homem frente a todas as escravidões.

França, país de extremos, também na relação com o transcendente. Se hoje a França é mais conhecida culturalmente por ser uma nação laica, onde se afirmaram os mais activos filósofos e cientistas ateus, materialistas e anti-religiosos, não há dúvida que a França foi um grande país de fé militante. À Igreja a França deu grandes santos e teólogos. Desde Santo Irineu, a Santo Hilário de Poitiers (cognominado o Atanásio do Ocidente), passando por Bernardo de Claraval até aos mais diversos santos e santas fundadoras de ordens. França é de facto um dos países onde mais ordens e congregações religiosas se fundaram ou tiveram ali terreno fecundo de expansão. Basta lembrar a importância da rede de mosteiros com berço em Cluny, ou o magnífico esplendor da reforma beneditina chamada cisterciense, pois partiu de Cister e do impulso decisivo de São Bernardo. A ideia avançada de universidade teve, por impulso da Igreja, em França uma das suas fundações mais influentes com a criação da célebre Sorbonne, alforge de grandes teólogos, professores, filósofos, juristas e cientistas.

Poderíamos passar pela Modernidade e lembrar que os Jesuítas foram fundados por Inácio de Loiola em Paris, ou que os Vicentinos, os Espiritanos, os Maristas, os Lassalistas e tantas congregações mais contemporâneas tiveram o seu berço neste país de homens e mulheres que levavam a sério e com radicalidade o ideal de Cristo. Deste espírito de entrega a Cristo é exemplo o Padre Dehon fundador dos Dehonianos no tempo em que a França deu tantos santos à igreja, sendo a mais célebre a influente Santa Teresinha do Menino Jesus.

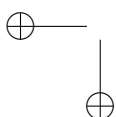
Ainda hoje em dia na linha mais avançada da experiência recriada de consagração na Igreja, as chamadas comunidades novas, com o seu ideal não de *fuga mundi* mas de regresso ao coração do mundo para experimentar a vida

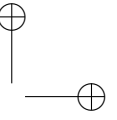
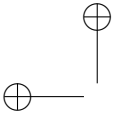




quotidiana do homem contemporâneo no burburinho das sociedades hiper-urbanizadas, têm tido viveiro fecundo também em França. Basta lembrar a comunidade Emanuel e o Abbé Pierre, entre outras.

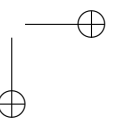
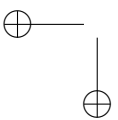
Na verdade, a França laica continua a manter vivo o seu espírito de demanda de maior intimidade com Deus e a fazer e a propor caminhos que acabam por constituir modelo inspirador para o homem de hoje desorientado por muitas propostas vãs de felicidade.

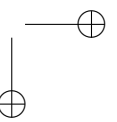
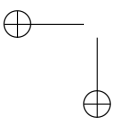
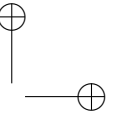
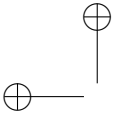




Parte III

ENTREVISTA





Maria José Grosso



Maria José Grosso, Professora de Linguística Aplicada e de Ensino/Aprendizagem do PLE/PL2 do Departamento de Língua e Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, defendeu o Doutoramento na mesma casa com um título da dissertação *O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes da Língua Materna Chinesa*. Tendo em conta a urgência que hoje em dia a língua portuguesa enfrenta para ser acolhida como património mundial, a Professora Maria José Grosso esclarece-nos acerca de algumas dificuldades que o Português tem encontrado para se adaptar não só no seu país de origem.

Publicou, entre outros volumes, M. J. Grosso (coord.), Ana Tavares, Marina Tavares, *O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Elementar no País de Acolhimento*, DGIDC, ANQ, IEFP, 2008; M. J. Grosso, “A prática pedagógica na diversidade cultural”, in Rosa Bizarro (org.), *Eu e o Outro – Estudos Mul-*

tidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s) e Práticas Interculturais, Areal, 2007.

Tendo a Professora se dedicado ao ensino do português a estrangeiros, em Portugal e em Macau, quais são as principais proveniências dos alunos que vêm aprender português? Quais as maiores dificuldades com que esses alunos se deparam?

As proveniências e as nacionalidades são muito diversificadas. Tudo depende dos objetivos que têm para frequentar os cursos de língua portuguesa. O ideal seria termos dados exatos sobre o número de alunos estrangeiros (adultos e não adultos) que estudam português em Portugal.

Nos cursos de língua portuguesa (FLUL), nos últimos anos, tem sobressaído o público chinês, havendo também um número significativo de alunos que vêm de Espanha. No entanto, há outros públicos que já vivem em Portugal, como país de acolhimento, e que por razões de trabalho, familiares ou outras, estudam português ou fazem a sua certificação no CAPLE (Centro de avaliação de português língua estrangeira), geralmente o exame CIPLE (certificado inicial de português língua estrangeira), como forma de acesso à obtenção da nacionalidade portuguesa; neste caso, as proveniências geralmente mais representativas são Ucrânia, Cabo Verde, Roménia, Angola, Guiné-Bissau e Moldávia. Há ainda um público infantil e jovem (mais de 80 mil) que não têm o português como língua materna, mas que estão inseridos no sistema educativo português; a grande maioria destes alunos é proveniente de países de língua oficial portuguesa.

Relativamente às dificuldades, há a tendência natural por parte dos professores de focalizar mais as dificuldades linguísticas, estas são diferentes conforme a língua materna, os níveis linguísticos, nível etário, nível de instrução (...), e sobre esse assunto há diversos projetos de investigação e teses em curso. Empiricamente diria que as maiores dificuldades estão geralmente na conjugação verbal, na construção frásica, na pronúncia, no uso das preposições, no uso e omissão do artigo, na colocação dos pronomes (OD e OI) e nas concordâncias em género e número.

Para os alunos principiantes, caso o professor não fale lentamente, os alu-



nos não percebem nada e a compreensão do oral exige por parte dos alunos (e também dos professores) uma atenção especial. Na aprendizagem das línguas, algumas das dificuldades estão ligadas à utilização da língua na situação de comunicação e isso não se passa só com o português, mas com todas as línguas que se aprendem, mas que pouco se praticam. Por alguns lugares que passei, os alunos referiam como principal dificuldade o facto de não terem ninguém (além do professor) para falarem português. Queriam conhecer mais, saber mais da música, do cinema, e essa motivação era geralmente realizada pelo português do Brasil.

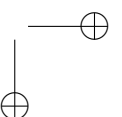
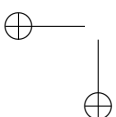
As questões socioeconómicas são um fator determinante no contexto migratório do português língua de acolhimento, se por um lado são motivação para a aprendizagem da língua, por outro lado também são motivo de abandono, principalmente quando este público arranja trabalho e já não tem horas para frequentar as aulas ou quando estas se realizam longe de casa e é necessário tempo e dinheiro para a deslocação e para a sua frequência.

Para o público jovem acima referido, os mesmos fatores socioeconómicos são, algumas vezes, motivo, como se sabe, de indisciplina e de insucesso.

Não considera que fazem falta dicionários ou vocabulários multilíngues nas áreas do comércio, da indústria e do turismo, obras essas que trabalhariam o português como uma língua mais acompanhada com o correspondente vocabulário em outras línguas estrangeiras escolhidas?

Dicionários e vocabulários multilíngues fazem sempre falta e em áreas cada vez mais diversificadas, no entanto, já há muitos dicionários *on line*, dicionários especializados, glossários, listas de termos, dicionários multilíngues de diversas áreas como economia, comércio e finanças, empresas e mercado etc. Infelizmente muitos recursos não são suficientemente divulgados ou até trabalhados para poderem ser mais adequados e produtivos. Por outro lado, muita gente não tem acesso à *internet* ou não sabe ou é difícil aceder.

Vendo as coisas por outra perspetiva, existem dicionários e vocabulários multilíngues deste género, e em que o português figure, publicados





noutros países? O que acha do facto de Portugal não ter lutado pelo uso da língua portuguesa no registo de patentes?

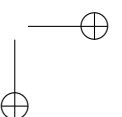
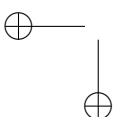
As questões sobre os dicionários multilingues e sobre as patentes para mim estão interligadas.

As línguas geralmente têm uma maior divulgação quando são acompanhadas dum maior desenvolvimento científico e tecnológico, ao qual geralmente está ligado o poder económico, bélico, ou quando são usadas na transação de bens; claro que há muitos outros fatores que podem ganhar uma importância particular conforme o tempo e o contexto (além do número de falantes e da distribuição geográfica).

Nós temos como fatores positivos de divulgação, a distribuição geográfica e o número de falantes, mas não temos nem poder económico, nem desenvolvimento científico e tecnológico proeminente, deste modo torna-se mais evidente a falta duma política e dum planeamento linguístico coeso e coerente que dê importância à língua portuguesa e a quem a ensina. É necessário que todos compreendam o papel da língua portuguesa na educação e também na economia do país, enquanto isso não for compreendido, assimilado e for secundarizado, cada vez nos compreenderemos menos, a língua portuguesa em vez de objeto acional será cada vez mais objeto de estudo inerte para não ser comunicada, usada.

Qual a situação atual da língua portuguesa em Macau?

A primeira vez que visitei Macau (atualmente Região Administrativa Especial de Macau (RAEM)) foi em 1987 e nunca imaginei que viveria, mais tarde, naquele território dez anos. Na altura, embora o português não fosse língua de comunicação, havia no território uma percentagem mínima, mas significativa, de portugueses que fazia parte da administração de Macau. No final da década de 80 muita gente falava e escrevia nos jornais sobre a língua portuguesa, era um discurso sempre em construção, discutiam-se materiais, programas, formação de professores; quase todos os dias surgiam notícias sobre a promoção do plurilinguismo. No Centro de Difusão da Língua Portuguesa (CDLP) os programas começaram a ser reconstruídos em 1990, tendo





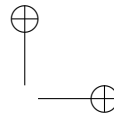
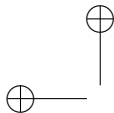
por base o Nível Limiar do Português, posteriormente houve todo um trabalho de divulgação dos mesmos no então recente Instituto Português do Oriente.

Nas tendinhas, mais do que nos táxis, muita gente falava algumas palavras portuguesas necessárias ao negócio, tudo era com muitos sorrisos e muita simpatia. Nos correios, nos bancos, nos serviços públicos falava-se português (geralmente falado por macaenses bilingues). A motivação para estudar português era sobretudo ligada à atividade profissional (entrada ou progressão na administração pública) ou ainda pelo facto de ser uma língua europeia e língua oficial de Macau até 2049; aliás, nesta parte do mundo há a consciência que saber línguas no século XXI é uma das respostas às mudanças socioprofissionais, políticas e económicas que se estão a viver em todo o mundo.

Vivi em Macau até 1999 e, depois desta data, voltei algumas vezes a este território por razões profissionais, a última vez foi em Agosto de 2011. Quando saí do jetfoil e entrei em Macau, às sensações já familiares de me encontrar *em casa* colou-se algo galáctico, o brilho das luzes era tanto, o fausto dos novos edifícios era tão estranho que me pareceu estar a entrar num novo planeta. O novo território já não tem um aspeto exíguo, está maior, com cerca de 29,20 km² (os aterros aumentaram-no bastante nos últimos anos, com mais gente, cerca de 552.000 habitantes, a maioria continua a ser falante de cantonês, a percentagem dos portugueses-europeus é diminuta (há uma tendência para se alterar com a entrada de portugueses que procuram ali trabalho). Nos dias de hoje, além de falantes bilingues pertencentes a famílias macaenses, há um número crescente de falantes do Português do Brasil (ou dos países de língua oficial portuguesa).

As línguas oficiais são o Mandarim e a Língua Portuguesa, este estatuto prevê que oficialmente seja usada (tal como antes de 1999) na Administração Pública, nos Tribunais, e noutros sectores como o comercial. A língua portuguesa pode ainda ser ouvida na rádio, num canal de TV ou lida em jornais diários. É língua veicular na Escola Portuguesa de Macau e em diferentes Cursos de Língua Portuguesa, Curso de Tradução, Curso de Direito, e ainda de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento em diversas instituições de ensino superior (entre outras na Universidade de Macau, no Instituto Politécnico de Macau). É também ensinada como LE em várias instituições como no Instituto Português do Oriente, no Instituto de Formação Turística, no Centro de Línguas da Direção dos Serviços de Educação e Juventude, nas escolas oficiais e nas particulares (subsidiadas) de Macau. É de salientar o seu papel em



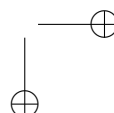
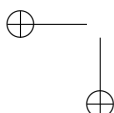


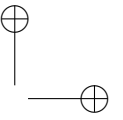
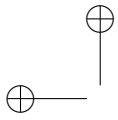
várias entidades, como no fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa.

Se há lugares modelados pela mudança, Macau é um deles, no período pós-99 as mudanças foram rápidas e intensas, as construções são enormes, faustosas, quase chocantes; também o interesse pela língua portuguesa tinha de ser diferente, nalgumas pessoas quase o senti como uma moda, um novo Macau multifacetado com traços europeus, onde surgem os mais variados nomes portugueses com sabor chinês, mas isso não significa que se fale português, a comunicação diária é feita sobretudo em cantonês, e o uso do inglês é também diminuto, embora nalgumas áreas do funcionalismo público, o português tenha sido substituído pelo inglês.

Novos tempos têm feito emergir a China como o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, tendo apenas à sua frente os Estados Unidos da América e a Argentina; neste contexto de mudanças económicas e sociopolíticas o número de alunos de Língua Portuguesa aumentou não só em Macau (na RAEM), mas também noutras cidades chinesas como em Pequim, Cantão, Xangai, Tianjin, Chengdu, pois Macau é visto como uma plataforma facilitadora para o desenvolvimento da cooperação da República Popular da China com os Países de Língua Portuguesa, Brasil, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Timor.

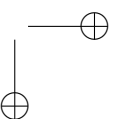
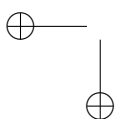
Entrevista realizada por:
Fernando Alves Cristóvão

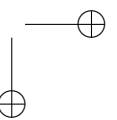
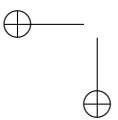
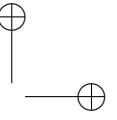
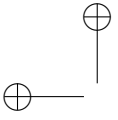




Parte IV

RECENSÕES CRÍTICAS







George, João Pedro, *Putá que os Pariu! A Biografia de Luiz Pacheco*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011. 623 pp.

ISBN – 978-989-671-101-6

Luiz Pacheco é, certamente, um dos autores mais academicamente complexos que a segunda metade do século XX nos deu a conhecer, época cuja ideologia estética e ética desaguou despreconceituosamente na transição de século, momento chave de uma crise de valores artísticos cuja problemática está ainda hoje a ser perscrutada. Ao contrário da maioria dos autores que representam uma época canónica pela sua transitoriedade e, por conseguinte, um certo desenquadramento artístico (pensamos em Baudelaire e no *fin du siècle*, em Pessoa e no Modernismo, em Breton e Cesariny para o Surrealismo, Sophia e Herberto Helder para a renovação linguística de meados do século, só para citar alguns exemplos), a obra

de Luiz Pacheco é mais devedora da sua própria interpretação idiossincrática da literatura portuguesa moderna e tradicional (encontramos em Pacheco um escopo sem precedentes para um autor moderno, desde ecos vicentinos, passando por Cavaleiro de Oliveira, até aos vaticínios ideológicos deste presente de cultura que é o pós-modernismo), do que é propriamente fiel a uma herança autoral ou estética específica que tenta apropriar e/ou superar. Luiz Pacheco é, por isso, um autor que, mais do que inclassificável, representa o seu próprio tempo, precisamente pelas realizações ideológicas que o seu desenquadramento estético catalisou. A esta dificuldade no estudo de um autor cuja obra, em si, até agora, não mereceu



ainda a devida atenção por parte da crítica, acresce ainda a tendenciosidade valorativa que pode desencadear a errância de uma vida marginal como a que teve este autor, deslocando excessivamente o foco de atenção dos críticos (em especial dos biografistas) para os aspetos mais peculiares da sua existência. A vida do autor de *Textos Locais* tem, de facto, um raro interesse, inesgotável quer do ponto de vista intrinsecamente humano, quer do ponto de vista sociológico. No entanto, e uma vez que este escritor não se constituiu apenas como um caso humano mas também um caso, sobretudo, autoral, o aspeto fundamental a partir do qual deveremos apreciar culturalmente a sua personalidade e obra, até para compreender bem o que foi a sua vida, reside na congruência extrema da sua obses-

são vital por uma liberdade ideal e utópica (residente, até, nos aspetos mais imediatos e quotidianos), o verdadeiro fator dinamizador de um projeto que não se esgota na sua biografia mas que veicula a exigência última dos surrealistas para com os seus textos: fazer deles o reflexo de uma vida como obra de arte.

Ora, é precisamente esta consciência de uma vida que só se justificou pela obra que quis construir²² que o objetivo da biografia de João Pedro George sobre Luiz Pacheco (com todo o mérito que se deve atribuir a um livro editado a partir de uma tese de doutoramento, exaustivo na pesquisa bibliográfica – a grande obra deste estudo –, e num género com pouca tradição em Portugal), e cujo título indica, à partida, uma inclinação de leitura que

²² Ao contrário, e destacando apenas uma das graves perversidades que contém este estudo, o autor afirma que Luiz Pacheco só conseguiu constituir-se como um autor (vertente essencial que o biografista deixa, despidoradamente, de parte), e ser relativamente apreciado, porque a sua vida errante assim o permitiu. João Pedro George destaca não o seu talento e a sua formação académica mas sim a sua preponderância para uma vivência picaresca: “Entre todos, afinal, acabaram por fabricar uma personagem que permaneceria intacta durante muitos anos, resultado sobretudo de uma interação (propiciadora) entre Luiz Pacheco e o meio. Essa campanha assentou, primeiramente, na tentativa de chamar a atenção para a ligação lógica [?] entre pobreza/sacrifício, coragem e mérito literário” (João Pedro George, *Putá que os Pariu! A Biografia de Luiz Pacheco*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p. 469). Mais adiante, o biógrafo complementa esta ideia com um estudo sinopse das razões por que Luiz Pacheco conseguira vingar no meio editorial sem recorrer à sua chancela, a Contraponto, razões essas que nada tinham que ver com o seu génio literário: “A eficácia da sua palavra crítica, atestada pela boa recepção que esse livro e os seguintes tiveram, estava ligada à autoridade que vinha de trás, ao capital simbólico de que se investiu com a exposição das suas difíceis condições de vida, demonstrando com isso a adequação entre o seu papel social e o seu discurso.” (*Ibidem*, pp. 474 e 475). Exige -se apenas um pequeno passo especulativo e descontextualizado (como descontextualizada é a maioria dos leitores que se deparam com esta biografia) para que afirmações como estas descredibilizem irreversivelmente do ponto de vista académico o valor literário incalculável deste autor.

tende para a polémica algo descontextualizada, resulta num equívoco; não só quanto à proposição que no início é apresentada (inclusivamente, a introdução não é clara quanto aos objetivos sociológicos deste trabalho), “estabelecer um encadeamento de actos e factos da vida de Luiz Pacheco sem dissolver a sua personalidade num caos de historietas ou anedotas de vida”²³ (quando antes o autor havia dedicado um parágrafo precisamente a essas indiscrições biográficas²⁴ – destacando, precisamente, esses momentos, no que eles têm de finitos e circunstanciais –, delegando a responsabilidade dessa representação ao próprio biografado cuja “língua viperina era pródiga em maldades e coscuvilhices”²⁵) mas também por ter ignorado as consequências do que signi-

fica fazer hoje uma biografia de um autor como Luiz Pacheco. Relativamente ao primeiro equívoco, atentemos no índice, em especial o tópico 5, dedicado à sua produção autoral: “1. Primeiros Passos; 2. As mulheres, as Prisões; 3. Crítico: diz-me quem és e como ages, dir-te-ei o que escreves; 4. Editor: a Contraponto sou eu; 5. Escritor: pedincha, alcoolismo e marginalidade; 6. A Censura, os Processos Literários; 7. Hospitais, Clínicas, Sanatórios e Outros Combates; 8. Últimos Dias do Condenado; 9. A Produção Social do ‘Maldito’”. Sem conhecer a vida de Luiz Pacheco, o leitor poderá ter, com estes tópicos, um vislumbre das peripécias, chamativas e curiosas, de um autor cuja errância poder-se-á aproximar à de um pícaro, mesmo nos finais do sé-

²³ *Ibidem*, p. 15.

²⁴ “(...) durante anos viveu em quartos de acaso ou em pensões manhosas [atente-se na coloquialidade pouco científica para um estudo que se diz ser sociológico], cheias de percevejos e fedor a humidade, de onde muitas vezes era expulso por falta de pagamento. (...) Chegou a não ter onde dormir à noite, viu-se obrigado a vaguear pelas ruas e a pernoitar em vãos de escada ou em cabines telefónicas. Conheceu a miséria, o vício e a degradação. Bebeu, viu-se metido no mundo do alcoolismo e delapidou tenazmente a sua vida entre hospitais, clínicas e sanatórios. (...) Passou fome, pediu esmola, humilhou-se (...)” (*Ibidem*, p. 9); “Capaz de aparecer nu no meio do Montijo ou de pijama no Largo do Carmo, no 25 de Abril, em torno dele criou-se uma lenda, histórias e boatos, uns divertidos, outros desagradáveis, que circulavam e que quase nunca se incomodou em contradizer ou desmentir (...)” (*Ibidem*, p. 14). À parte a veracidade dos factos, o tom marcadamente sensacionalista é evidente. Estas curiosidades biográficas, sejamos realistas, todos os grandes autores as têm – sempre alvo de uma atenção voyeurista –, sendo exploradas, ou não, idiossincriticamente pelos próprios. Como, então, ignorar essas particularidades biográficas, num estudo que, nas palavras do autor, pretende ser “imparcial”? (Entrevista feita por Luís Gouveia Monteiro, no programa *O Que Fica do Que Passa* (<http://videos.sapo.pt/pILMZZyVDiz6ZqvkVQnV>)). Simplesmente não ignora (e não pode ignorar) mas qual a meta inclusiva ou exclusiva para tais passagens? Quanto a este aspeto, e a outros, a metodologia é inexistente, o que permite ao biografista direcionar da forma que pretende as conclusões do estudo.

²⁵ João Pedro George, *Putá que os Pariu!...*, *op. cit.*, p. 14.

culo XX. A justificação de João Pedro George para este facto (recorrendo a considerações de terceiros a fim de corroborar a sua tese central) é clara, corroborando complementarmente a ideia dogmática de que o autor nunca se preocupou em desmentir a imagem que os outros construíam dele: “Essa imagem de Pacheco (...) tinha uma intenção deliberada: “Ele fazia gala de ostentar a sua miséria (...)”²⁶. Se partirmos do ponto de vista sociológico, o baluarte deste estudo, há que se ter em conta, à partida, duas polaridades para que se possa avaliar dialeticamente a problemática autoral de Luiz Pacheco: a imagem que os outros (os amigos, alguma crítica – as considerações literárias dos maiores críticos acerca da sua obra têm nesta biografia pouco relevo, ainda que João Pedro George dedique um capítulo à “veia” de escritor de Luiz Pacheco²⁷) construíam do próprio autor pode não coincidir (quase nunca coincide) com a imagem que o autor intencionaria que construíssem de si mesmo,

ou que ele próprio construiu. J. Coombe, que diferencia estes dois processos de canonização do autor²⁸, ou outros especialistas em sociologia autoral, em nenhum momento são citados neste trabalho. Acresce ainda outro problema metodológico a que o autor, deliberadamente, não quis prestar a devida atenção²⁹ e que nos veicula para o segundo equívoco deste trabalho, o mais problemático. Ao longo de toda a biografia, o texto ficcional, escrito pelo punho de Luiz Pacheco, e as referências biográficas, pesquisadas pelo próprio autor, não são dissociados. João Pedro George associa instantaneamente personagens fictícias criadas por Pacheco, e suas características, com figuras reais que com ele privaram, ignorando a perspectiva crucial de que, em literatura (e não estamos a lidar com nada mais do que literatura), é falacioso o argumento apriorístico de que um texto é, por decisão do crítico, irrefutavelmente autobiográfico³⁰. O texto que resulta destas associações subverte as bases teóricas

²⁶ *Ibidem*, p. 470.

²⁷ É deliberadamente colocada de parte qualquer intenção em averiguar a injustiça literária a que tem sido votado Luiz Pacheco, um autor academicamente desconsiderado e cuja *persona* é agora alvo de todas as curiosidades excessivamente invasivas: “Querida ser reconhecido como escritor (...) mas nunca pretendeu ser o melhor prosador da sua geração nem se considerava um Autor grande. Mesmo assim escreveu textos admiráveis, que brilham com luz própria (...) e fez as suas concessões à vulgaridade e ao sentimentalismo.” (João Pedro George, *op. cit.*, p. 13). A subjetividade e ligeireza das apreciações literárias, bem como a justificação velada de não se estudarem os textos deste autor são tão irresponsáveis quanto perniciosamente subversivas.

²⁸ Cf. Helena Buescu, *Em Busca do Autor Perdido*, Lisboa, Cosmos, 1998, p. 14.

²⁹ “(...) em certos momentos tenha decidido [o próprio, João Pedro George] fundir a narrativa com o próprio discurso do biografado (...)” (João Pedro George, *op. cit.*, p. 15).

³⁰ É o que acontece, por exemplo, com a associação de Maria Helena da Conceição Alves, empregada dos pais de L. Pacheco, com as características que revestem a personagem Umbe-

de um estudo biográfico: constitui-se uma mescla entre a ficção que o biógrafo adotara, à partida, como autobiográfica, e texto não-literário, declaradamente informativo, elaborando uma realidade líquida, intermédia, entre o declaradamente autobiográfico (em que apenas os diários e as entrevistas desempenham uma função inequívoca) e o ficcionalmente construído. Se tivermos em conta a ficção (que João Pedro George ignorou na sua aceção literária), em que outras vidas de Luiz Pacheco personagem foram construídas pelo próprio escritor e que ele mesmo já deu a construir, a vida do Luiz Pacheco homem que este estudo propõe construir não pode nunca ser considerada canónica. Antes pelo contrário:

é uma interpretação direcionada para uma conclusão que já havia sido feita à partida³¹, subvertendo a metodologia investigativa. Lançar um estudo com estas bases sobre um autor cujos trabalhos são praticamente desconhecidos, com uma metodologia arbitrária e indistintiva entre as considerações e conclusões do biógrafo e o texto do próprio Luiz Pacheco³², julgo, é grave. O leitor que não conheça o texto e as personagens em questão associa, com uma imediatez injustificadamente segura, personagens reais e fictícias. O leitor que, tomando o raro passo de procurar conhecer Luiz Pacheco, começa por fazê-lo partindo deste badalado trabalho tem a sua futura leitura manipulada e defraudada por um propósito

lina, de *O Teodolito*, empregada na casa onde havia morado o narrador desse texto (cf. p. 79 do estudo).

³¹ Cujá legitimidade teórica é, inclusivamente, e em si, discutível: a dessacralização social e literária de um autor cujo estatuto de maldito foi forjado por uma máquina crítica não isenta (cf. Luiz Pacheco, “O que é um Escritor Maldito?”, in *Literatura Comestível*, Lisboa, Estampa, 1972).

³² Cf. p. 95 da obra. Existem expressões citadas cuja proveniência não é indicada: ficamos sem saber se são construções conceptuais e/ou interpretativas do biografista ou, a serem do biografado, qual o contexto em que foram utilizadas. Por exemplo, para descrever o amor clandestino de Pacheco com Fátima Mascarenhas, João Pedro George utiliza as expressões “Amada”, “Única” sem indicar que esses conceitos foram retirados do texto “Os Namorados”. Existe ainda, inclusivamente, confusão de citações, algumas sem proveniência, cujos referentes do tempo e das personagens se misturam sem possibilidade de o leitor indagar a sua comprovação. Pelo meio, ainda se podem descobrir citações do próprio Luiz Pacheco que o autor apropria como sendo suas, como acontece na p. 29, em que João Pedro George cita uma passagem de *O Teodolito* (que vou indicar em itálico) para descrever como foram passados alguns momentos da infância de Pacheco na sua primeira casa: “(...) enquanto isso, chegavam às suas narinas os cheiros que viajavam da cozinha, açorda de coentros à moda do Alentejano com ovos escalfados por cima, azeitonas, uma sardinha mergulhada no caldo onde botavam bolhas de azeite e o alho esmagado no almofariz. Era mais ou menos assim [chamo a atenção para o apontamento aparentemente indagatório] a casa da infância e da adolescência de Luiz Pacheco, onde viveu os seus primeiros 20 anos de existência.”

unicamente biografista baseado numa interpretação e romaneação dos factos biográficos. Apesar das necessárias edições por que deverá passar uma tese de doutoramento a fim de ser comercializada e chegar ao grande público, do ponto de vista sociológico (cujo aparato crítico é reduzido e pouco claro) e biográfico (do qual o autor deveria ter partido, ou não fosse esta uma biografia, malgrado as suas reticências, já muito conhecidas, relativamente aos estudos literários³³), João Pedro George não poderia ter ignorado o facto de que Luiz Pacheco, sendo um caso literário raro, é um autor cuja obra não pode ser substituída pela biografia, ao contrário da-

quilo que o autor perigosamente afirma: “a vida de Luiz Pacheco foi mais interessante que a sua obra ou os seus textos são mais interessantes que a sua biografia? Pode um biógrafo, depois de conhecer profundamente a vida de um escritor, ficar a gostar mais do autor que da sua obra?”³⁴. Além disso, para um autor que foi enredado nas malhas do tempo e na arbitrariedade dos críticos (ajuntando ainda as indisfarçáveis posturas condescendentes de que tem sido alvo pela maioria dos que se debruçam sobre a sua obra) e que, mesmo antes de ter começado a publicar os seus textos, foi rotulado de maldito, epíteto que o próprio Luiz Pacheco tentou combater

³³ Apenas para citar um exemplo, na mesma entrevista a Luís Gouveia Monteiro, o autor equivoca-se quanto ao objetivo e metodologia dos estudos literários, que diz promoverem o “deslumbramento” perante determinado autor. A gravidade de tal afirmação dispensa esclarecimentos. Porém, o leitor poderá ter, nesta obra, uma experiência do deslumbramento (ou tendenciosidade) do próprio biografista, pelo mimetismo estilístico que este tenta, por vezes, neutralizar quando um maior esforço de sobriedade “sociológica” assim o exige. Mas relativamente ainda ao papel dos estudos literários na atenção analítica que João Pedro George considera que se deverá dar a um autor (no caso de Luiz Pacheco essa atenção é urgentíssima), há passagens ilustrativas e injustificavelmente perversas: “No meio literário e artístico, não esqueçamos, o importante não é tanto o que se diz sobre uma obra, mas sim o próprio facto de se dizer alguma coisa sobre ela. O critério tradicionalmente utilizado em matéria de opinião – a “favor” ou “contra” – não é pertinente neste estado: a palavra é, já em si, uma tomada de posição. Desde logo, contra o silêncio ou a indiferença. Portanto, podemos considerar que logo desde o início Pacheco foi julgado [*sic*] digno de ser examinado e criticado, no mínimo, e era conhecido publicamente como actor do meio, pelo círculo restrito dos pares e dos críticos.” (João Pedro George, *op. cit.*, p. 467). Se o autor escusa imiscuir-se, deliberadamente, no âmbito dos estudos literários, seria igualmente incongruente da nossa parte atribuir o peso negativo que deveria ter, embora, o dogmatismo inconsequente de uma afirmação como esta.

³⁴ *Ibidem*, p. 16.

³⁵ Apenas dois exemplos ilustrativos: Em “O que é um escritor maldito” (*op. cit.*), Pacheco expõe as diferenças entre ‘maldição’, um conceito que paulatinamente se foi veiculando ao campo da terminologia literária, substituindo a ideia de um escritor literariamente marginal, ou seja, que não aborda questões ou escreve de acordo com o cânone estético-temático, e a opção vivencial que determinados escritores modernos adotam a fim de estreitar as relações entre a sua percepção da vida e o que reproduzem de acordo com essas experiências. Ciente



durante toda a sua vida³⁵, as perspectivas que o permitem ser isentamente apreciado como autor (e até estudado nas universidades) tornam-se escassas. Apesar de João Pedro George ter chamado a atenção para Luiz Pacheco, numa minuciosa e completíssima pesquisa e recolha de fontes, não só do próprio autor (tendo, privilegiadamente acedido à obra inédita) como também de todos aqueles que com ele se relacionaram e

privaram, este estudo não abriu da melhor maneira as portas para o interesse descomprometido por este autor, uma vez que o que é aqui celebrado é a ‘imagem de autor’ e não o autor em si, o que desencadeará um processo irreversível de dessacralização (e não de canonização) de um escritor cujas obras ainda não começaram a ser lidas.

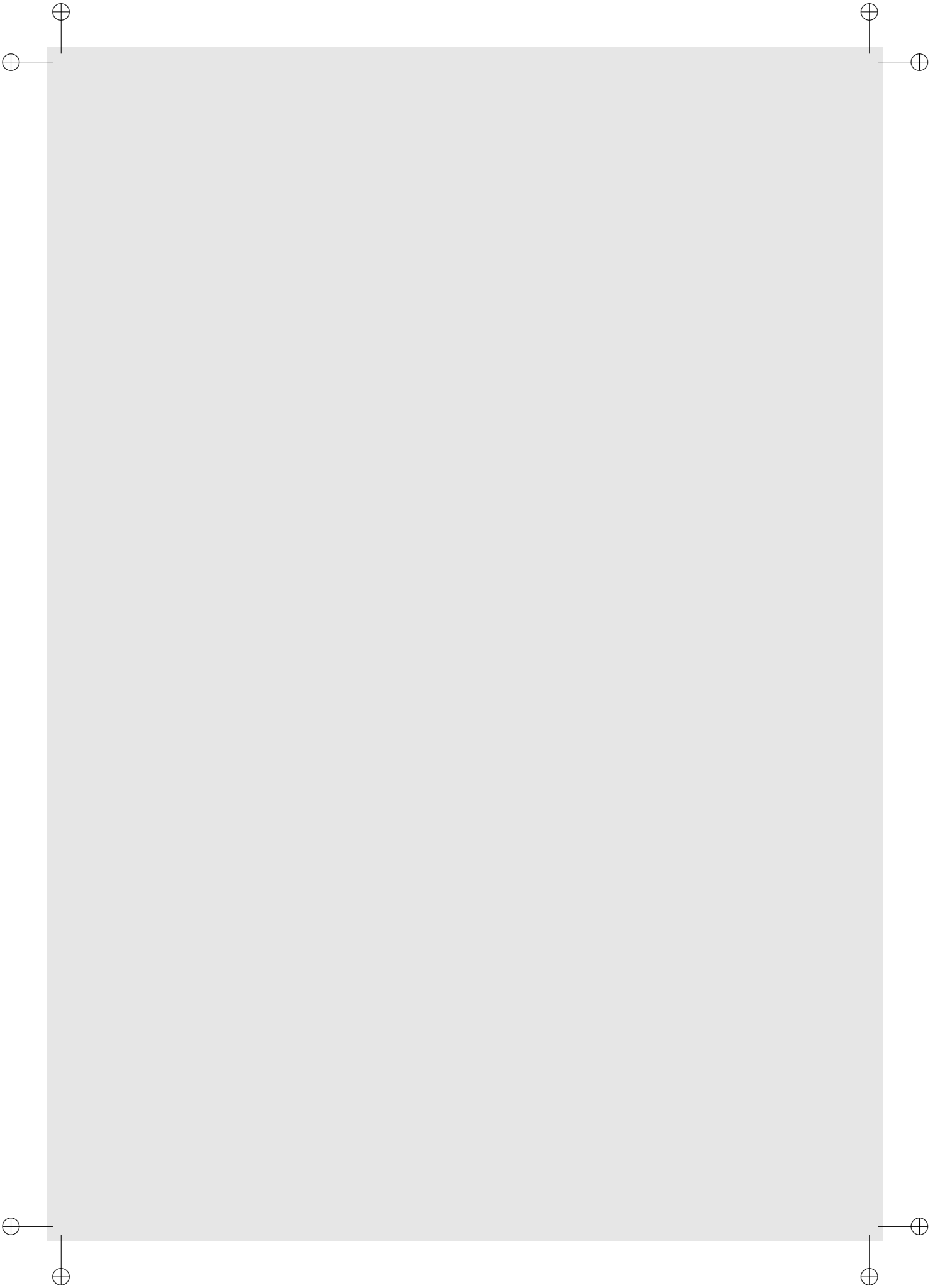
Ana Sofia Santos³⁶

de que as primeiras noções de crítica que se teciam à volta da sua obra se prendem a um forte pendor biografista em que confiava precisamente (e na expressão de Pacheco) a construção da “personagem” – o protagonista dos textos – com base no “Autor” que a elaborou, o próprio Pacheco adverte Serafim Ferreira, o prefaciador dos seus *Textos Locais*, da necessidade absoluta de, em literatura, separar essas duas noções: “A unidade de *Textos Locais* é, creio eu, um tanto enganadora. Funda-se à primeira vista na unidade da personagem (subentende-se: o Autor), partindo do texto mais geral ao declaradamente datado, localizado, assinado (como V. bem viu). E também, unidade de ambiente, temática (parte erótica, histórica). Mas.../ tudo o que se escreve é ficção (...)”. Mais adiante solicita: “Noutra situação que não nesta talvez eu preferisse que V. abordasse o caso literário dos textos, de presumir que é isso, afinal, que poderá contar para a sua sobrevivência que não eu, como bicho transitório.” (Luiz Pacheco, *Cartas na Mesa: 1966-1996*, 2.^a ed., Lisboa, Escritor, 1996, pp. 89 e 91 (respetivamente))

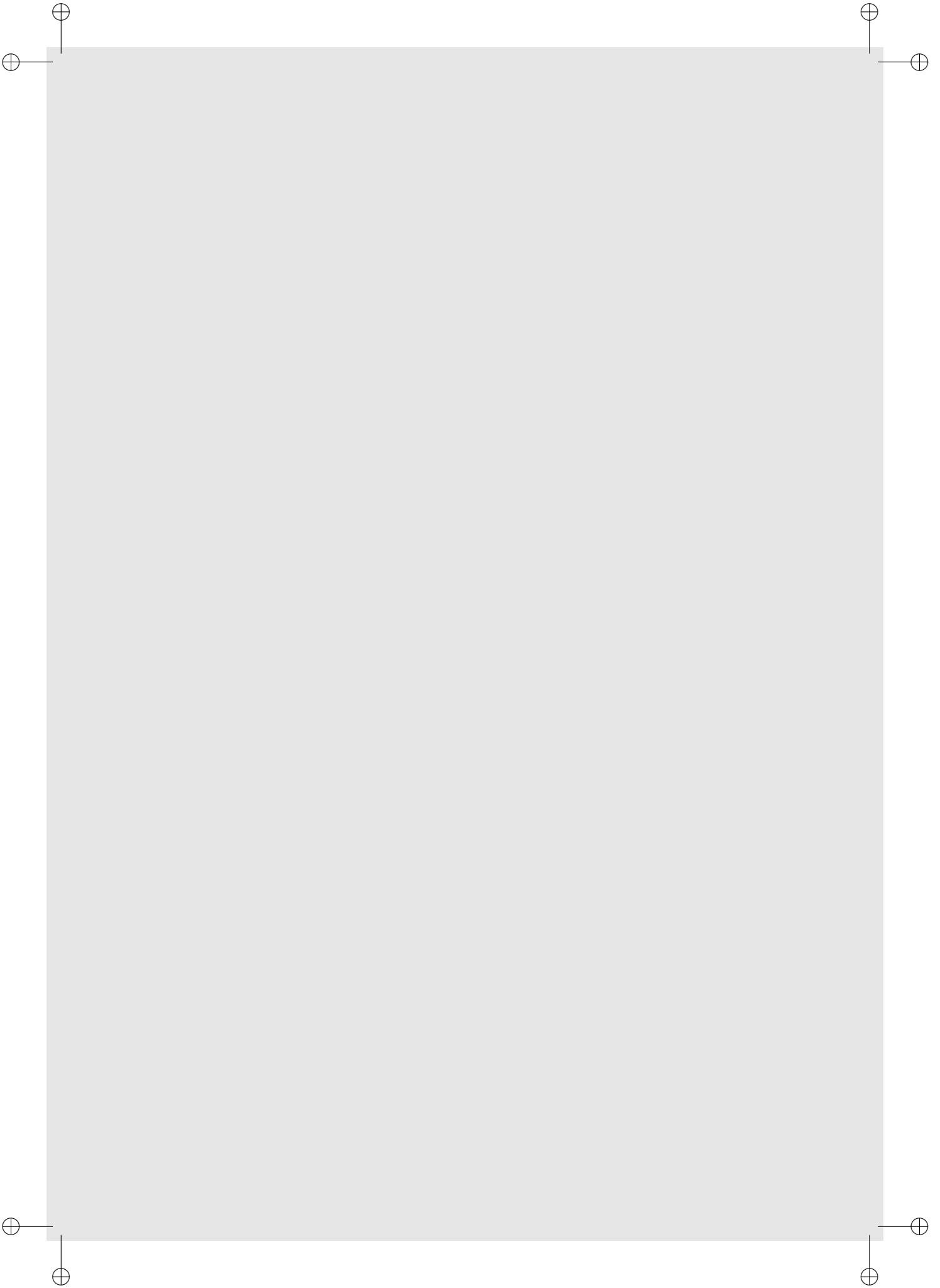
³⁶ Concluiu Licenciatura em Estudos Portugueses e Mestrado em Estudos Românicos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, desenvolvendo no âmbito do segundo uma dissertação intitulada *Luiz Pacheco: um projecto moderno crítico-ficcional*. Membro do CLEPUL, colabora no projeto de Literatura de Viagens e da Cultura Negativa em Portugal. Publicou artigos referentes a estes projetos e concernentes às suas áreas de interesse, com especial incidência para o contexto em que se movimentou Luiz Pacheco, nomeadamente as ligações ao Surrealismo em Portugal.

www.lusosofia.net





Parte V
POESIA



[fragmentos]

Jorge Vicente³⁷

a partir de heraclito e gonçalo b. de souza

1.
toda a tua história
todos os teus caminhos
convergem num só instante vivido:

a alegria absoluta do sem-tempo
alumiando o corpo glorioso que
há-devir.

2.
a tua estrela é quando apolo passa:
quando os limites da tua noite
ascendem do chão e se abrem à cordilheira
das auroras.

³⁷ Jorge Vicente nasceu em 1974, em Lisboa, e desde cedo se interessou por poesia. Tem poemas publicados em diversas antologias literárias, revistas e participa ativamente na lista de discussão Encontro de Escritas. O seu primeiro livro de poesia, *Ascensão do Fogo*, foi publicado em 2008, sendo seguido por *Hierofania dos Dedos*, editado sob a chancela da Temas Originais, em 2009. Mantém ativo um blog: <http://jorgevicente.blogspot.com>.

3.

para a Vida, cada dia do nosso presente é uma explosão de agoras.

4.

sê devir por entre flores e afectos
por entre poemas e celebração
por entre o teu olhar e o abrigo de um companheiro.

5.

ninguém vê o fruto sem se despedir
da flor: o lento amanhã
no despertar das pétalas brancas.

6.

assim como deméter entregou a colheita das giestas,
assim tu entregarás à Vida os frutos da Alegria
e do amor pelas coisas simples.

7.

transporta sempre contigo uma espiga,
o amor de uma ninfa e o som da tua voz
– breve breve serás um deus aspirando à
eternidade.

8.

no caminho das uvas
responde o deus descido
ao apelo das romãs:

alegrai-vos,

que as gazelas voam como estrelas
no céu aberto das minhas mãos.

9.
na forja do mundo se faz a vida:
o carbono prepara a promessa do humano
e o que resta do deus adormece no caos
iniciático da garça.

10.
eu contemplo o verde
na promessa crepuscular
dos deuses da manhã.


11.
se desejas, como morrerás?
entrega o que for de deus à lama
que criou o mundo

e ser-te-á dada a promessa oracular
da orgia.

12.
que mais temes?

os gritos das mulheres
no alto das montanhas

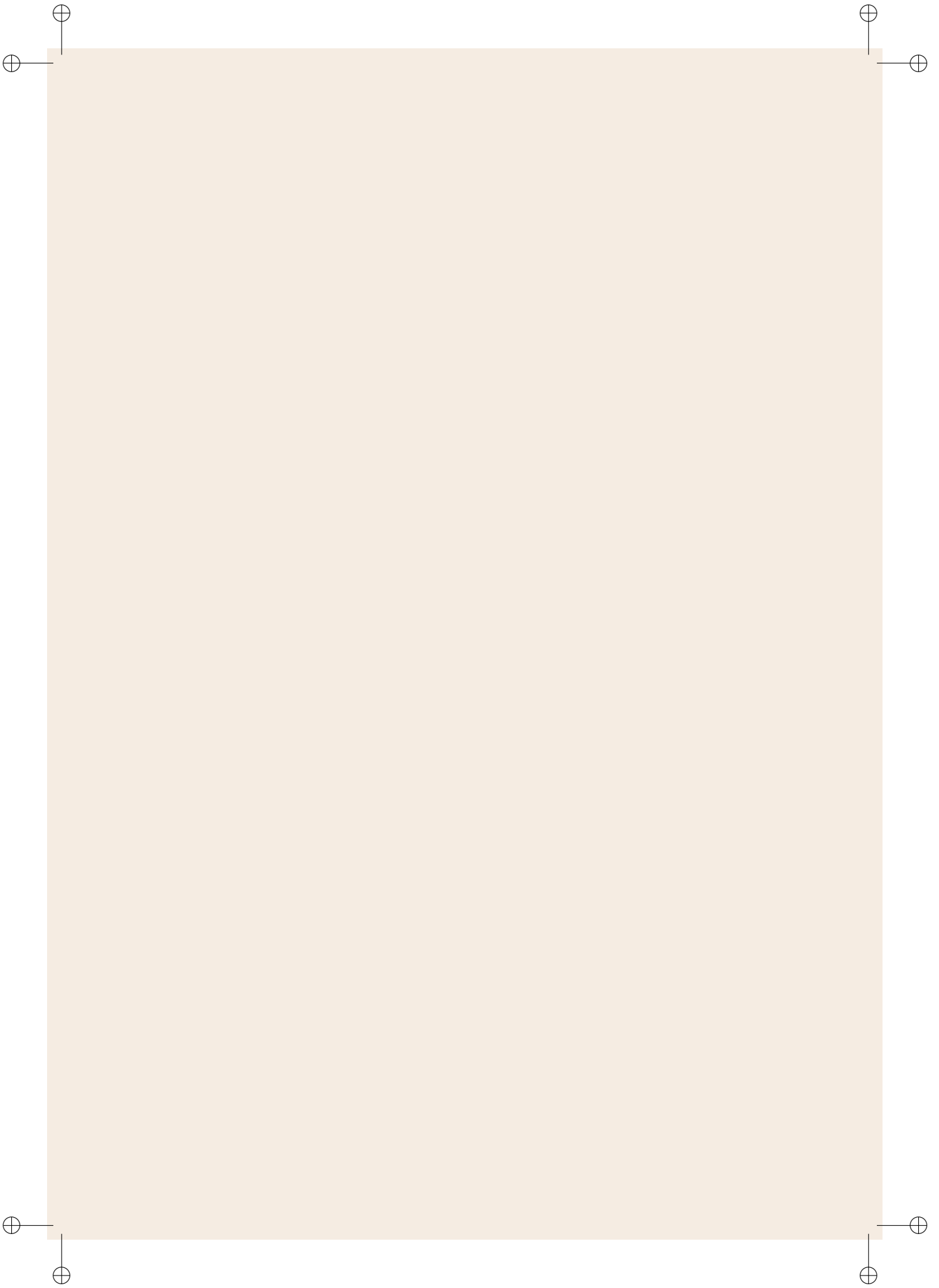
o sacrifício do borrego
ao deus sujo das estradas



o soletrar do teu próprio nome
– o teu forte, sujo, iluminante
desejo de dizer:

eu sou.

Parte VI
EFEMÉRIDES



Eduardo Lourenço galardoado com o Prémio Fernando Pessoa para o ano 2011



Um dos maiores filósofos, ensaístas e pensadores portugueses da segunda metade do século XX, professor universitário, crítico e investigador, Eduardo Lourenço de Faria é o vencedor do Prémio Fernando Pessoa para o ano 2011. Este prémio anual é atribuído a uma pessoa de nacionalidade portuguesa cujo contributo tenha sido relevante nas áreas da Cultura, Ciência ou Arte. Um dos motivos principais que levou o júri a esta decisão é a reedição da sua obra completa (38 volumes de ensaios publicados entre os anos 1945 e 2010) pela Fundação Calouste Gulbenkian. Este prémio foi-lhe atribuído pela “cidadania atenta e atuante”, e tem o valor de 60.000 euros. Entre os membros do júri estavam, entre outros nomes significativos da cultura portuguesa, Mário Soares, Francisco Pinto Balsemão e João Lobo Antunes.

Sendo Fernando Pessoa um dos autores da predilecção de Eduardo Lourenço, este prémio torna-se ainda mais significativo para este autor, que já tinha sido galardoado com outros grandes prémios e condecorações tais como Grande Oficial da Ordem do Infante Dom Henrique (1992), Doutoramentos *Honoris Causa* da Universidade de Rio de Janeiro, da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade de Coimbra e da Universidade de Bolonha, o Prémio Camões (1996), Medalha de Ouro da Cidade da Guarda, Medalha do Mérito Cultural do Ministério de Cultura (2008), entre outros.

Entre as suas obras destacam-se *Heterodoxia I* (1949) e *II* (1967), *Tempo e Poesia* (1974), *Nós e a Europa ou As Duas Razões* (1988), *Le Labyrinthe de la Saudade* –

Psychanalyse Mythique du Destin Portugais (1988) traduzida para português por Annie de Faria, *L'Europe Introuvable. Jalons pour une Mythologie Européenne* (1991), *Canto do Signo: Existência e Literatura* (1953-1994), e *Fernando Re Della Nostra Baviera* (1997), tradução para o português de Daniela Stegagno. As obras de Eduardo Lourenço foram traduzidas para espanhol, francês, italiano, inglês, alemão, húngaro, checo, sérvio e várias outras línguas. A sua coletânea de ensaios *A Europa Desencantada: Para Uma Mitologia Europeia* foi apresentada na sua versão sérvia este ano na 56.ª feira Internacional do Livro em Belgrado, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

O primeiro vencedor do Prémio Pessoa em 1987 foi o Professor José Mattoso, e entre os outros galardoados com este prémio destacam-se o poeta António Ramos Rosa, o escritor Vasco Graça Moura, o poeta Herberto Helder e o jurista Gomes Canotilho.

500 Anos sobre o nascimento do Cardeal D. Henrique

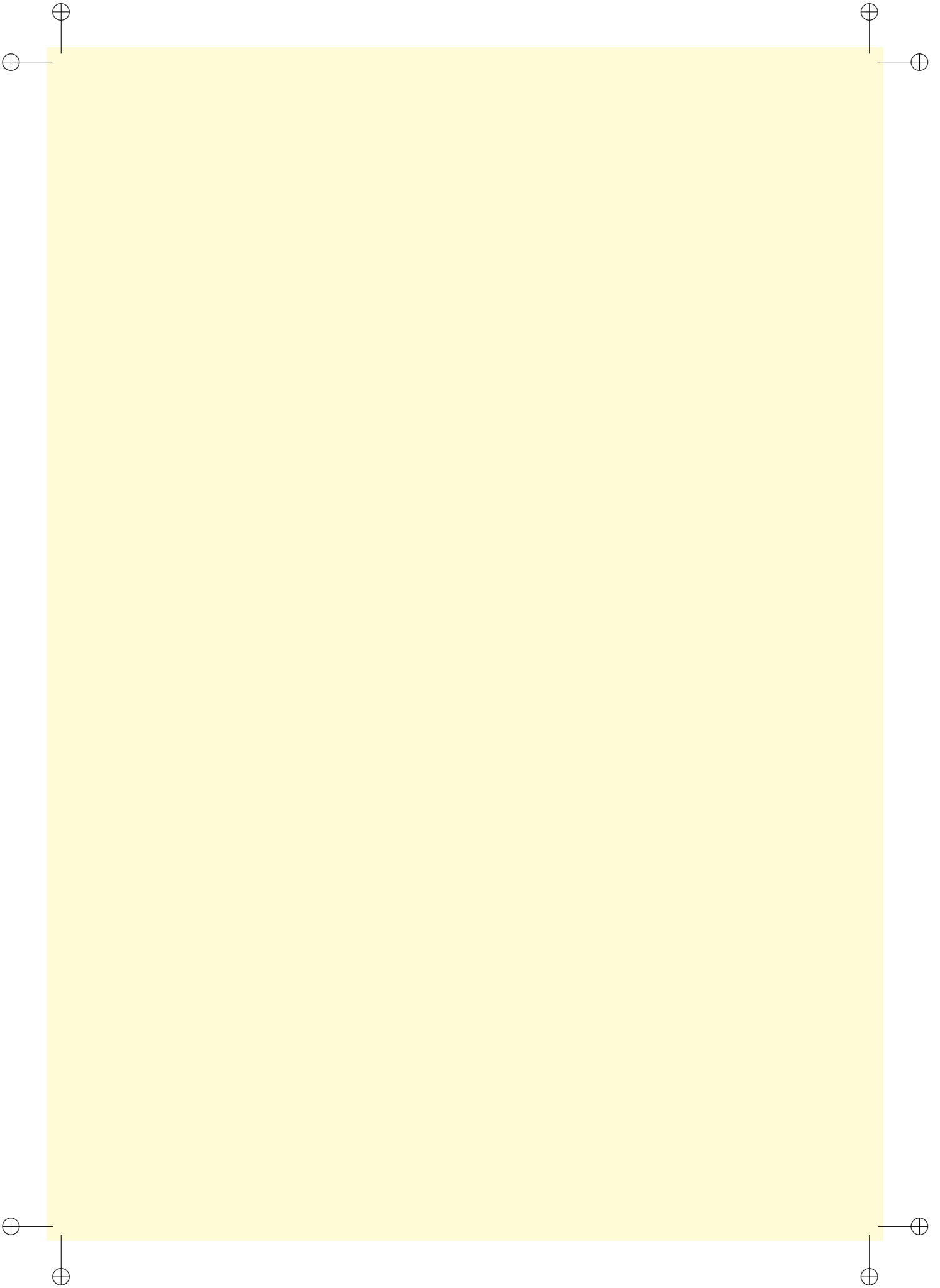


(31 de janeiro de 1512 – Almeirim, 31 de janeiro de 1580) Cardeal-Rei, D. Henrique governou Portugal num momento em que o país passava por grandes atribuições sociais e políticas, enfrentando à data a sua mais grave crise dinástica. O seu governo compreendeu as datas entre 24 de agosto de 1578 e 31 de janeiro de 1580, ano da perda da independência para Castela. Sendo irmão de D. João III, cedo começou a acompanhar o rei como representante do poder eclesiástico, iniciando-se com o priorado comendatário de Santa Cruz de Coimbra, com apenas 14 anos de idade, tendo chegado a arcebispo de Braga com 22 anos (cuja mitra renunciou mais tarde, preferindo a de Évora) e a Cardeal com 34. Quando o rei instituiu oficialmente a

Inquisição em terreno português, D. Henrique foi nomeado inquisidor-mor de Portugal e das suas possessões ultramarinas, cargo que há muito almejava, apoiando sempre com fervor religioso a causa que lhe subjazia. Foi como inquisidor-mor do Santo Ofício que D. Henrique se tornou defensor da Companhia de Jesus, depois de um rigoroso inquérito que organizou às doutrinas do Padre Simão Rodrigues e aos *Exercícios Espirituais* de Inácio de Loiola, inquérito esse que, apesar de ser motivado por desconfianças por parte do arcebispo, chegou a conclusões positivas. Foi a partir desta união entre os jesuítas e a casa real e igreja portuguesas que muitas portas foram abertas para a excessiva influência que esta Companhia teve, especialmente, na educação do único herdeiro do trono português, D. Sebastião, levando o então jovem governante a desenvolver pretensões cruzadísticas que, mais tarde, colocaram em causa a independência de Portugal. Em 1551, fundou o Real Colégio do Espírito Santo da Companhia de Jesus, e aprovou a edificação da Universidade Jesuíta de Évora, em 1558. Depois da morte do seu irmão, D. João III, D. Henrique passou a tutelar, juntamente com a sua cunhada, D. Catarina de Áustria, o seu sobrinho-neto, D. Sebastião. Ambos representavam fações politicamente distintas: D. Henrique defendia a autonomia e independência nacionais e D. Catarina de Áustria aspirava a pretensões unionistas com Castela, sustentando, inclusivamente, que o rei-menino deveria ter como mestres dois religiosos castelhanos. Com sucessivas derrotas consecutivas, a rainha afastar-se-ia paulatinamente das questões políticas do reino, até que em 1562 o governo foi definitivamente entregue ao Cardeal, com a condição de que este delegaria as suas funções a D. Sebastião mal este perfizesse os 14 anos. Assim aconteceu. Apesar de nunca ter apoiado os fervores guerreiros do seu sobrinho-neto, o Cardeal prestara, durante o seu reinado, excessivos apoios não só ao Santo Ofício mas também aos jesuítas, que beneficiaram da sua proteção e favorecimento, ações que D. Sebastião via como exemplo tutelar, despertando-lhe a piedade religiosa e cristã e alimentando os seus sonhos cruzadísticos. O monarca crescera muito seguro do seu objetivo militarista do qual a campanha marroquina seria apenas o início. Quando a armada zarpou, o Cardeal D. Henrique recolheu-se num convento em Alcobaça, regressando para tomar posse como novo rei logo após a notícia da derrota de Alcácer-Quibir. Pautou o seu governo, tal como antes, pela sensatez, descrição e atenção às finanças e às injustiças religiosas, tomando medidas eficazes para o estabelecimento da harmonia económico-social. Porém, pouco tempo depois do início do governo do Cardeal, Filipe II começou a trabalhar nas pretensões ao trono português cuja sucessão, depois da morte de D. Henrique, se dividiria, principalmente, por duas fações: a portuguesa (com D. Catarina de Bragança; D. João I de Bragança; D. António Prior do Crato, filho do Infante D. Luís e neto de D. Manuel I, geralmente considerado como ilegítimo), e a espanhola, na única e poderosa pessoa de D. Filipe II de Espanha, filho da Infanta D. Isabel e do Imperador Carlos V. Apesar de o Cardeal se inclinar para o partido de D. Catarina e rejeitar a ideia de um

governo castelhano, não conseguiu aliciar a Duquesa D. Catarina a assumir as suas responsabilidades monárquicas e travar os ímpetus unionistas de Filipe II. Rejeitando à partida a bastardia de D. António Prior do Crato (que governou simbolicamente por um curto período de tempo, tendo sido aclamado rei nos Açores), não restou ao Cardeal outra alternativa senão, durante as Cortes de Almeirim, em 1580, entregar a coroa ao juridicamente legítimo pretendente espanhol, morrendo nove dias depois, a 31 de janeiro de 1580, dando início a um longo reinado de submissão política, cultural e económica a Castela. Escreveu, em 1574, *Meditações e homílias sobre alguns mistérios da vida de nosso Redentor e sobre alguns lugares do Santo Evangelho, que fez o Sereníssimo e Reverendíssimo Cardial-Infante D. Henrique por sua particular devoção.*

Parte VII
EVENTOS



Inauguração da Exposição “Tinta-da-China: Uma exposição de Pintura Chinesa Contemporânea”



Organização: Fundação Oriente, China Artists Association, Instituto Confúcio da Universidade de Lisboa

Data: 12 de dezembro de 2011 a 29 de janeiro de 2012

Hora: 18H30 (2 de dezembro de 2011)

Local: Museu do Oriente (Avenida Brasília, Doca de Alcântara (Norte), 1350-352 Lisboa)

Exposição coletiva de fotografia checa FEMINAE



Organização: Embaixada da República Checa em Portugal

Data: 4.^a feira, 4 de janeiro de 2012

Hora: 19H30

Local: Fábrica Braço de Prata

A exposição estará patente até 26 de fevereiro de 2012.

I Curso: Nação e Memória

Organização: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Coordenação: Professores Ernesto Castro Leal, João Cosme, Miguel Monteiro e José Varandas

Data: terças-feiras, de 10 de janeiro a 14 de fevereiro de 2012 (seis sessões)

Hora: entre as 18H00 e as 20H00

Local: Academia Portuguesa de História e na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



Inscrições: EUR 40 para os alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e EUR 60 para o público em geral.

www.clepul.eu

Os membros das entidades com as quais o Centro de História tem protocolos de colaboração usufruem também do preço para estudantes FLUL.

2.º ciclo de conferências *Patrimónios de Influência Portuguesa*

Organização e Promoção: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Data: 10 de janeiro a 23 de fevereiro de 2012

Local: Universidade de Coimbra

Na sessão do próximo dia 10 de janeiro a Professora Isabel Castro Henriques proferirá na Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra pelas 15H00, uma conferência intitulada “Os Patrimónios Comuns Afro-Portugueses: influências, autonomias, ambiguidades identitárias”.

Integrada neste ciclo de conferências o Comité Português do Projeto UNESCO “A Rota do Escravo” promove a exposição **Os Africanos em Portugal: História e Memória (séculos XV-XXI)** que estará exposta na Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra entre os dias 10 de janeiro e 23 de fevereiro.

Para saber mais aceda a http://www.ces.uc.pt/eventos/?id=4462&id_lingua=1 e a http://www.ces.uc.pt/eventos/?id=4533&id_lingua=1

Seminário Permanente sobre Escrita de Viagens: Relatórios de Arabistas Portugueses, Intérpretes das Missões Oficiais Enviadas ao Magrebe nos Séculos XVIII-XIX

Palestrante: Eva-Maria von Kemnitz (Universidade Católica Portuguesa)

Data: 12 de janeiro de 2012

Hora: 18H00

Local: CETAPSFCSH, Universidade Nova de Lisboa, Sala Multiusos 3, piso 4 (edifício ID, Avenida de Berna, n.º 26)

Abstract

O corpus desta apresentação consiste nos relatórios de três arabistas portugueses, Fr. João de Sousa, Fr. José de Santo António Moura e Fr. Manuel Rebelo da Silva, que, na qualidade de intérpretes, acompanharam várias missões portuguesas enviadas

www.lusosofia.net

ao Magrebe nos séculos XVIII-XIX. Estes relatórios estão relacionados com itinerários efectivamente percorridos pelos seus autores entre Portugal e Marrocos e entre Portugal e a Regência de Argel, o que em termos formais permite situar estes textos no âmbito genérico da Escrita de Viagens. Todavia, tais textos revelam características peculiares que os diferenciam bastante do referido género.

Estes ‘relatos’ oficiais não se destinavam ao público em geral, embora tivessem um destinatário definido, nomeadamente a Secretaria de Estado da Marinha e dos Assuntos Ultramarinos, instituição que, na altura, conduzia as negociações com o espaço do Magrebe. Os documentos de que nos ocuparemos não foram redigidos para serem divulgados ou publicados, nem o seu conteúdo visa o entretenimento, pelo que se afastam da chamada ‘voyage pittoresque’, que descreve paisagens, costumes e curiosidades. O seu objectivo é bem preciso: trata-se de facultar informações concretas e verídicas que possam auxiliar a tomada de decisões pelo Estado Português no âmbito das relações internacionais. Os seus autores seguem um ‘guião’ pré-estabelecido que lhes indica os assuntos que devem ser contemplados, designadamente informações relativas às características dos regimes políticos dos países visitados, às instituições estatais, bem como informações de carácter estratégico, militar e económico. Os autores cujas obras abordamos viajam, assim, munidos de conhecimentos específicos, como o conhecimento das línguas e das culturas desses espaços, e os seus textos – ferramentas essenciais do processo de mediação cultural –, permitem-nos estudar a imagem que a elite política portuguesa foi formando das sociedades observadas nas suas mais diversas dimensões.

Envio de propostas de seminários futuros (título, *abstract* e *mini curriculum vitae* do orador) para: rogerio_puga@hotmail.com

Conferência “Memórias da Guerra em Tempo de Paz”

Organização: Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais (NICPRI.UÉ), Centro de História da Universidade de Lisboa (CHUL), em colaboração com o Mestrado e Doutoramento em História, Especialidade de História de África da FLUL

Ciclo de Conferências: “Fronteiras, Identidades e Cultura(s) do Universal”

Conferencista: Ana Paula Tavares

Data: 13 de janeiro de 2012

Hora: 18H00

Local: Sala 5.2 da FLUL

Representação do autor da criação do mundo ou princípio do mundo

Organização: Centro de Tradições Populares Portuguesas “Prof. Manuel Viegas Guerreiro” (CTPP), da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e de Estudos de Teatro (CET), da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Patrocínio: Câmara Municipal de Mogadouro, da Casa de Trás-os-Montes em Lisboa e da Reitoria da Universidade de Lisboa

Data: 14 de janeiro de 2012

Hora: 15H00

Local: Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa

Oficina “Lisboa nas narrativas” – de “Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental”

Projeto: Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental

Organização: Instituto de Estudos de Literatura Tradicional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Data: entre 1 e 8 de fevereiro de 2012

Local: Palácio Belmonte e Livraria Fabula Urbis, em Lisboa

Inscrições abertas até 31 de dezembro

Mais informações, incluindo o programa, e detalhes sobre a organização e inscrições, estão disponíveis em

http://paisagensliterarias.ielt.org/cursos_workshops/Lisboa-nas-narrativas

Mais informações sobre o projecto em

<http://paisagensliterarias.ielt.org/projeto>

Esta oficina, contará com a presença de académicos, escritores e artistas que refletirão, em conjunto com os participantes, sobre o passado, presente e futuro da paisagem de Lisboa, equacionando dimensões geográficas, históricas, antropológicas, arquitetónicas, económicas, ecológicas e artísticas.

Convidam-se estudantes e investigadores de várias áreas do saber, sobretudo aqueles que privilegiam uma prática de fronteira entre disciplinas ou que têm capacidade para conciliar abordagens humanísticas, artísticas e científicas.

Conferência “O Brasil nos Arquivos Secretos do Vaticano”

Palestrante: Professor Doutor Fernando Cristóvão

Data: 23 de fevereiro de 2012

Hora: 15H00

Local: Academia das Ciências de Lisboa

Colóquio “Tratar, Estudar, Disponibilizar: um futuro para as Bibliotecas Particulares”

Um colóquio destinado a aprofundar o conhecimento sobre livros e manuscritos antigos conservados em Bibliotecas Particulares de Portugal

Organização: Fundação das Casas da Fronteira e Alorna, Centro de História do Banco Espírito Santo, parceira com o Centro de Estudos Clássicos da FLUL, o Centro de História da Cultura da Universidade Nova e a Academia das Ciências

Projeto: Livros de Fronteira PTDC/CCI-CIN/102262/2008

Comissão Científica: Professores Doutores Vanda Anastácio, Aires Nascimento e Artur Anselmo

Data: 1 e 2 de março de 2012

Local: Palácio da Fronteira (Largo São Domingos de Benfica, 1, 1500-554, Lisboa)

Para mais informações: fcfa-cultura@netcabo.pt



Fundação das Casas de Fronteira e Alentejo

PALÁCIO FRONTEIRA | 1 e 2 Março de 2012

Tratar, Estudar, Disponibilizar

Um futuro para as Bibliotecas Particulares



INSCRIÇÕES

Público geral
€ 25 | incluindo um almoço
€ 46 | incluindo dois almoços

Sócio FCFA e estudantes
€ 17,50 | incluindo um almoço
€ 36 | incluindo dois almoços

INFORMAÇÕES

Palácio Fronteira
Largo São Domingos de Benfica, 1
1500-054 Lisboa

mail | info-culture@netcabo.pt
telefone | 217 784 599 fax | 217 780 357

Comissão Científica
Virgínia Realidade (Universidade de Lisboa)
Álvaro Nascimento (Universidade de Lisboa)
Artur Anselmo (Universidade Nova de Lisboa)

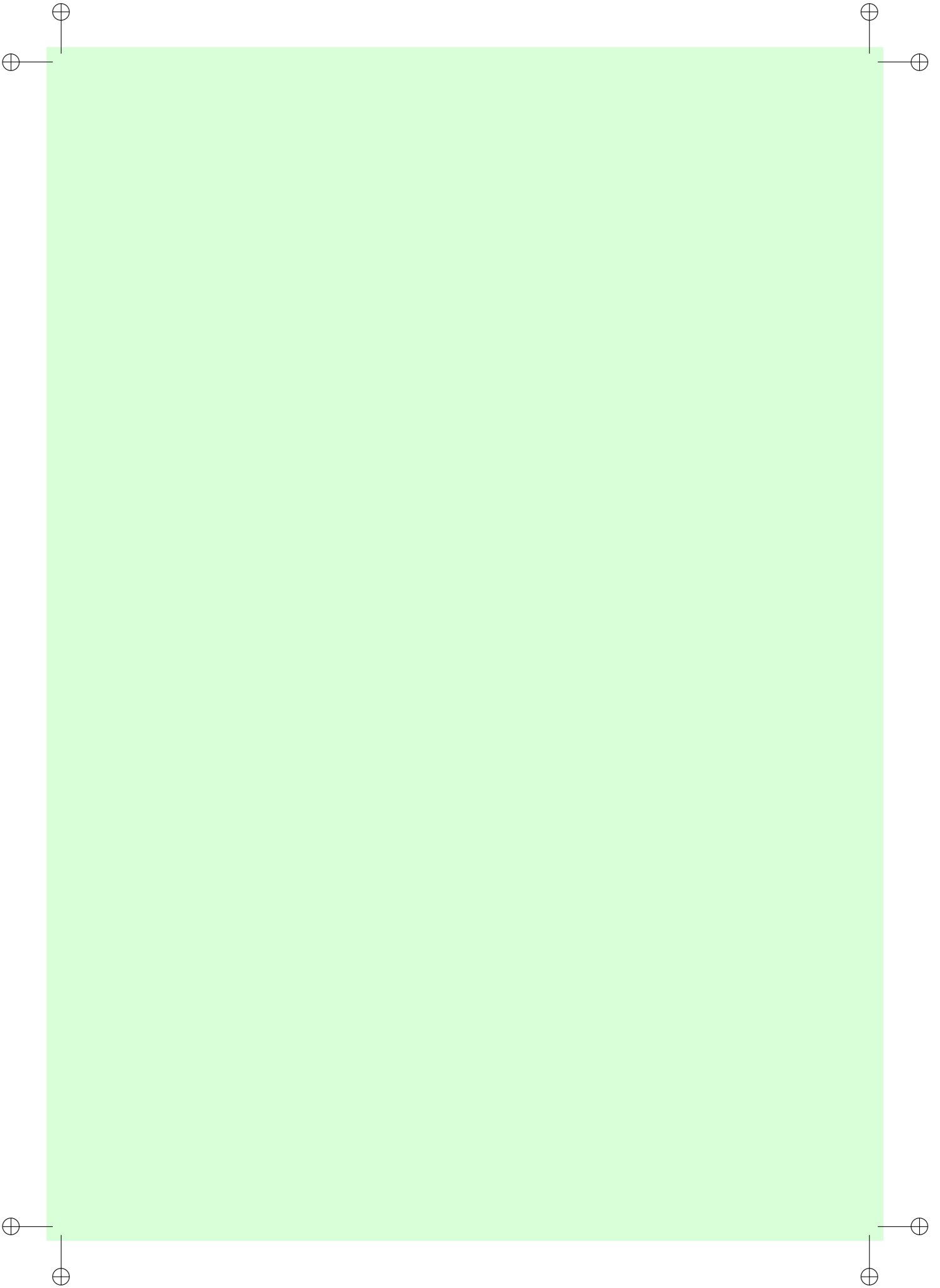
Comissão Organizadora
Carlos Alberto Dames (Centro de História BES)
Inês de Ornelas Castro (Universidade Nova de Lisboa)

Patrocínios

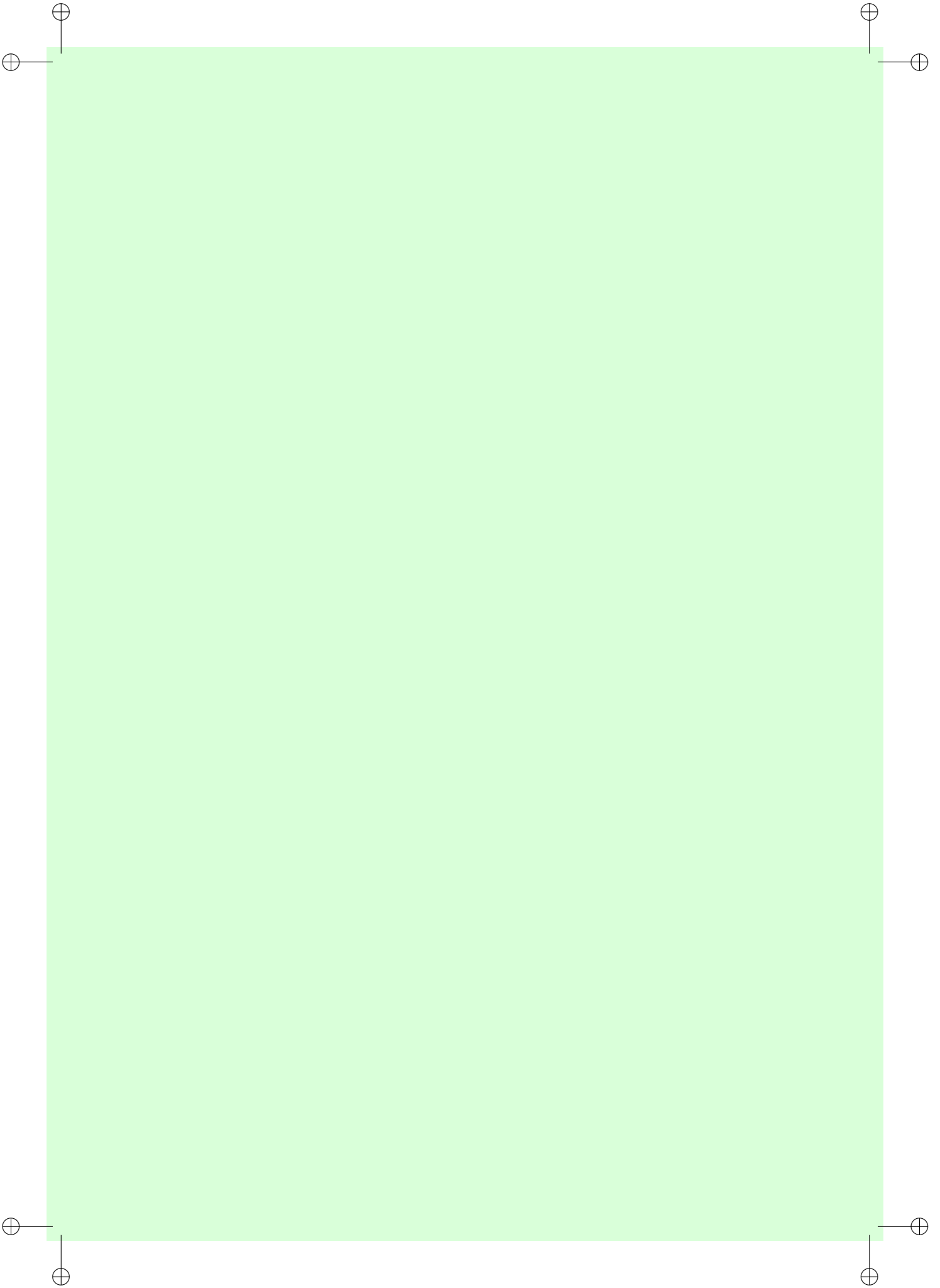


Parcerias





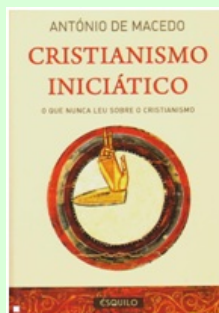
Parte VIII
PUBLICAÇÕES DO CLEPUL



Sinopse de livros editados ou apoiados pelo CLEPUL

Macedo, António de, *Cristianismo Iniciático: O que nunca leu sobre o Cristianismo*, Lisboa, Ésquilo, 2011. 670 pp.

ISBN – 978-989-8092-94-6



Os textos do Novo Testamento bíblico, quer no momento em que foram produzidos, quer no decorrer dos séculos e até hoje, para além da importância e dos efeitos que tiveram na Igreja, na sociedade e na cultura através das suas interpretações religiosas, filosóficas e histórico-críticas institucionais, também exerceram uma forte influência histórica, sociológica e cultural *através das leituras e das interpretações heterodoxas e esotéricas que deles têm sido feitas*, não só de uma forma pontual e episódica, mas de uma forma contínua, sustentada e muito mais estruturada, ao longo

dos tempos, do que aquilo que nos tem vindo a ser inculcado através de um intencional e repetido desfavor, e de uma sistemática marginalização, por parte das instituições reinantes, religiosas ou meramente culturais.

Examinando as circunstâncias e os acontecimentos sociais, culturais e históricos, verificamos que os factos comprovam a omnipresença de esoterismo bíblico e a existência de um cristianismo iniciático, quer nos primórdios do cristianismo, quer ao longo da História e até à Modernidade, nos mais diversos domínios das sociedades ocidentais.

António Macedo é considerado a grande referência em Portugal no estudo das vertentes iniciáticas e gnósticas do cristianismo. A sua tese de doutoramento, adaptada nesta edição a livro para o grande público, foi apresentada em 2010 na FCSH-UNL (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e distinguida com a nota máxima.

Martins, Patrícia Soares, Golgona Anghel, Fernando Guerreiro (orgs.), *Central de Poesia: A recepção de Fernando Pessoa nos anos '40*, Lisboa, CLEPUL, 2011. 210 pp.

ISBN – 978-989-96443-6-6



Os Anos 40 do século XX, no que à poesia portuguesa diz respeito, foram com frequência descritos pela crítica como anos de recuo relativamente às propostas vanguardistas do primeiro modernismo e à obra de Fernando Pessoa em particular. A recusa do anti-aristotelismo pessoano por parte dos que vieram imediatamente depois

www.clepul.eu

teria contribuído para restaurar o lugar mítico do sujeito empírico colocado no centro da criação poética; a preferência por um realismo imitativo e consequente indisponibilidade para efectuar a travessia e a crítica da mimese iriam no mesmo sentido.

Mas será mesmo assim? O que fazem realmente os escritores dos anos 40, de que maneira constroem a sua voz? Demarcando-se de Pessoa? Escrevendo contra ele? Será possível, ou útil, referir os modos de marcação de uma diferença pelos “poetas fortes” desses anos? Terão eles “escolhido” outros precursores e reatado diálogos com a poesia antes de Pessoa? Como se o primeiro modernismo não tivesse existido? Não é possível rasurar Pessoa, como não é possível ignorar que Picasso existiu, ou Duchamp. Supomos então que, mesmo nos casos do mais espesso silêncio sobre o modo como o encontro com Pessoa se deu em cada obra poética importante iniciada nessa década se podem encontrar os traços desse diálogo.

Matumona, Muanamosi, *Filosofia Africana*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011. 192 pp.

ISBN – 978-989-680-009-3



Evocando uma célebre expressão de Paulo VI, “África, chegou a tua hora!”.

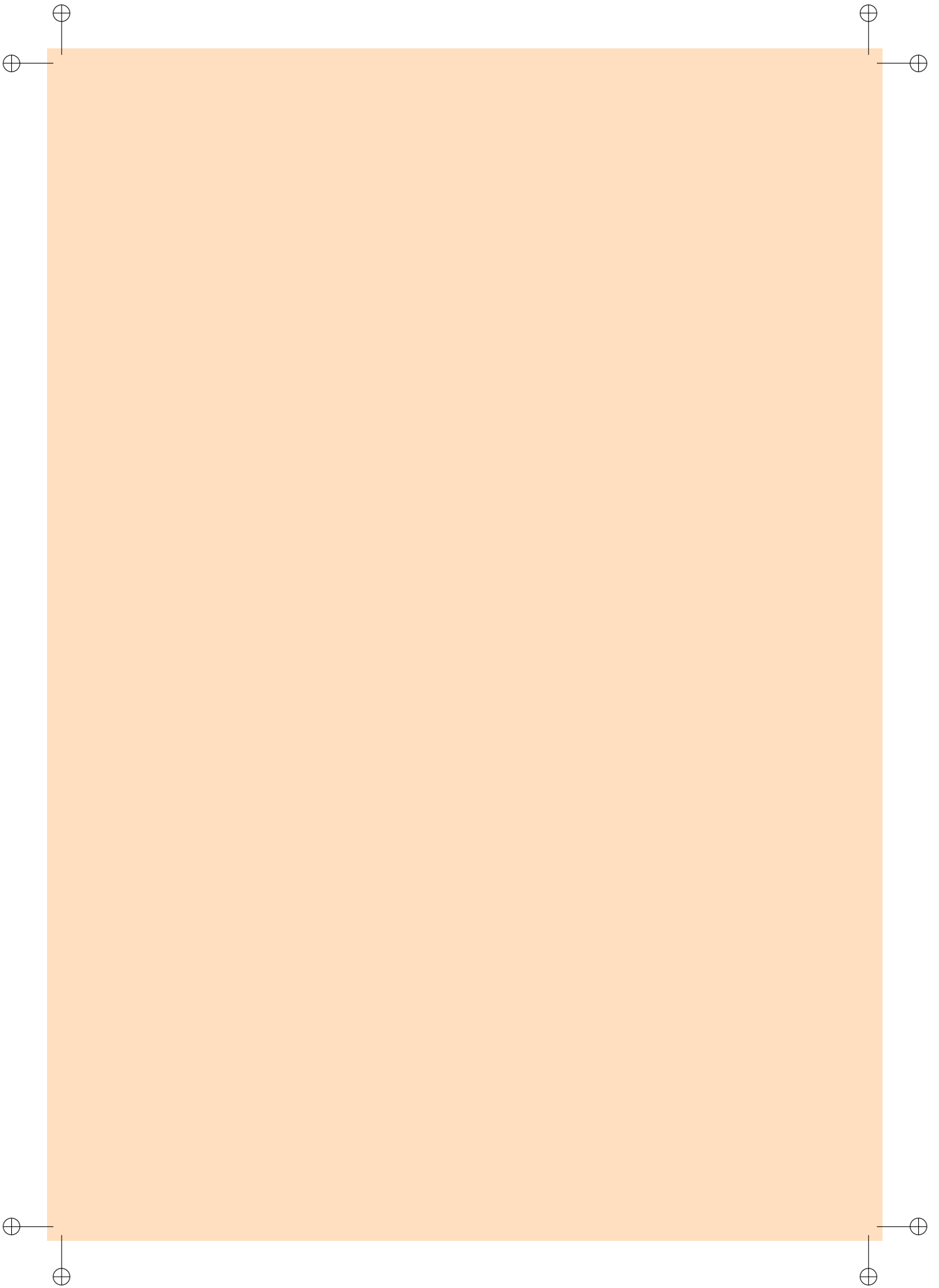
Qual será o contributo da Filosofia para a reconstrução do continente africano? Esta é a grande questão à qual neste livro se procura responder. A confiança profunda do autor nas potencialidades ocultas das sociedades africanas marca o desafio que decidiu assumir: compreender o que falta fazer para que em África se vivam dias melhores de liberdade e de paz.

www.lusosofia.net

Com mestria, Muanamosi Matumona alia os dados da História e o rigor do conhecimento prático da realidade africana à coragem e ousadia das suas propostas.

Parte IX

ARQUIVO DOCUMENTAL



Reconquista de Lisboa aos Mouros

Pacto de convenção entre o Rei e os Cruzados [30 junho 1147]

Saibam todos os filhos da Igreja futuros e presentes, o pacto feito entre mim e os Francos e que eu, Afonso, rei dos portugueses, com o assentimento de todos os meus, assino para que sirva de testemunho aos vindouros.

Determino firmemente e de boa fé:

Que os Francos que ficarem comigo para o cerco de Lisboa, transfiram à sua propriedade e tenham em seu poder todos os haveres dos inimigos, sem participação minha ou dos meus;

Que fiquem livremente com o dinheiro da remissão de todos os inimigos aprisionados que quiserem resgatar-se para salvar as vidas;

Que me entreguem os outros cativos;

Se acaso tomarem a cidade, a tenham e conservem até a saquearem completamente, não só para alcançarem o resgate dos primeiros como para a despojarem dos outros bens, e que só depois de a rebuscarem à sua vontade, ma entreguem;

Que depois, sob a minha presidência, à maneira que eu melhor os venha a conhecer a cada um e conforme as suas condições, sejam distribuídas a cidade e as terras submetidas que deverão ser ocupada segundo os honestísimos costumes e liberdades dos francos, mas ressaltando para mim sobre eles o direito de apelação;

Que além disso os navios deles ou os dos herdeiros daqueles que ficarem comigo no cerco de Lisboa, sejam desde já e para todo o sempre isentos em todo o meu território, do direito consuetudinário sobre as mercadorias, a que vulgarmente se chama o direito de portagem.

Discurso do Arcebispo de Braga

O Espírito da paz e do amor retire dos vossos corações a cegueira do erro e vos converta para si, como vimos até vós para falarmos de paz. Pela concórdia até crescem as pequenas coisas, como pela discórdia definham as maiores. Mas, para que a discórdia não reine perpetuamente entre nós, aqui vimos para nos reconciliarmos. Gerou-nos a todos a natureza de um só e mesmo princípio, e que nos ficaria bem que, ligados pela aliança da humana sociedade e apertados pelo vínculo da mesma mãe, uns aos outros nos mostrássemos desagradáveis. Não vimos a esta cidade que possuís para vo-la tomar ou despojar-vos dela, se isso for da vossa vontade. Traz isto sempre consigo a inata benignidade dos cristãos; ainda quando exige o que é seu, não rouba o alheio. Reivindicamos como sendo de nosso direito a posse desta cidade; e certamente que, se em vós existem, ao menos os princípios da justiça natural, sem mais rogos, com vossas bagagens, dinheiro e pecúlios, com vossas mulheres e crianças, demandareis a pátria dos mouros donde viestes, deixando-nos o que é nosso. Já o sabemos bem, que contrariados ou coagidos o haveis de fazer. Esforçai-vos, todavia, para o fazer de vontade. Se aceitais de bom grado o que vos pedimos, evitais com isso a parte dura da nossa petição. Eu não sei de que outro modo se possa fazer a concórdia entre nós, visto que o quinhão desde o princípio dado a cada um não está nas mãos do seu legítimo possuidor. Vós, os da raça dos mouros e moabitas, fraudulentamente roubastes ao vosso rei o reino da Lusitânia. Fizeram-se desde então até ao presente, e ainda em nossos dias se fazem, inúmeras destruições de cidades e aldeias e igrejas. Se por um lado ofendeis a vossa fidelidade, lesais por outro a sociedade humana. Há já 358 anos que injustamente tendes as nossas cidades e a posse das terras, havidas antes de vós pelos cristãos, aos quais não levou para a fé a espada do exactor mas a quem a palavra da pregação os tornou filhos adoptivos de Deus, no tempo do nosso Apóstolo Sant'Iago e dos seus continuadores, Donato, Torcato, Secundo, Aleixo, Eufrásio, Tesifonte, Vítório, Pelágio, e muitos outros varões de carácter apostólico. Nesta mesma cidade é testemunha disso o sangue dos mártires Máxima, Veríssimo e Júlia virgem, derramado pelo nome de Cristo, no tempo de Ageiano, governador romano. Consultai o Concílio de Toledo, no tempo do vosso e nosso glorioso rei Sisebudo. São testemunhas Isidoro, bispo de Lisboa, com mais de duzentos bispos de toda a Espanha. Confirmam-no ainda por mais de duzentos bispos

de toda a Espanha. Confirmam-no ainda por essas cidades as provas manifestas da ruína das igrejas. Mas, visto que ocupais a cidade desde longa data e nela nascestes, usamos para convosco da costumada bondade e vos pedimos que nos entregueis apenas a fortaleza do vosso castelo. Cada um de vós terá a sua antiga liberdade, porque vos não queremos expulsar de vossas casas. Cada um poderá viver dentro dos seus costumes, a não ser que, convertendo-vos, queirais livremente vir aumentar a Igreja de Deus. É como vemos, muito rica e feliz a vossa cidade e, por isso, exposta à ambição de muitos. Quantos arraias, quantas naus, quão grande multidão de homens estão conjurados contra vós! Poupai-vos à desolação dos campos e dos frutos. Compadecei-vos das vossas riquezas. Compadecei-vos do vosso sangue! Aceitai a paz enquanto vos é favorável, pois não resta dúvida de que é melhor a paz que se obtém sem luta do que a alcançada com muito sangue; como é mais agradável a saúde que nunca se perdeu do que a saúde que à força e como que compelida se salva de doenças graves e quase mortais. Grave e perigosa é a doença que vos ataca e, a não ser que tomeis uma resolução salutar, uma de duas acontecerá: ou a debelareis ou sereis vítima dela. Acautelai-vos, pois estais chegados ao fim. Cuidai da vossa saúde, enquanto é tempo. É velho provérbio que “na arena se aconselha o gladiador”. Vós respondereis depois, se vos aprouver.

Resposta firme dos Mouros

Vejo bem que as palavras não vos faltam: não vos engrandece, porém, o vosso discurso nem vos leva mais longe do que pensaste. Todo o vosso aranzel se destina a um fim: a posse da nossa cidade.

Mas não acabarei de me admirar de vós: basta bosque ou uma região a muitos elefantes e leões e não vos bastam o mar e a terra, porque vos não impele a necessidade mas a ambição do espírito. Vós, que vindes perturbar o nosso bem-estar, sois quem nos propõe a felicidade, chamando à vossa ambição zelo de justiça e inculcando-nos por virtudes os vossos vícios. A tanto subiu a vossa cupidez, que vos deleitam e agradam as torpezas. E já não vejo remédio para ela, porque a consumada infelicidade da vossa ambição ultrapassou os limites do natural. Quereis tornar-nos pobres e desterrados para

serdes gloriosos. Essa fraca glorificação chama-se avidez. Sempre que ela se excedeu a si mesma, pereceu estrangulada.

Quantas vezes, que nos lembremos, tendes vindo atacar-nos com estrangeiros e bárbaros?

Ou vos não agrada o que é vosso ou algum delito cometeste na vossa pátria, para dela sairdes tantas vezes. E na verdade vê-se que as vossas frequentes emigrações devem provir duma inata instabilidade de ânimo, porque não pode resistir à fuga corporal quem não pode conter o espírito.

Nunca foi nossa intenção entregar-vos a cidade pacificamente ou submetê-la ao vosso domínio deixando-nos ficar nela. Não é ainda tão grande a nossa magnanimidade que deixemos o certo pelo incerto. As grandes coisas devem ser julgadas com grande ponderação.

Esta cidade, segundo me parece, foi outrora dos vossos: agora, porém, é nossa, e no futuro será vossa talvez. Mas isso pertence a Deus. Houvemo-la quando Deus quis; quando não quiser, não a teremos, porque não há muralhas inexpugnáveis contra as deliberações da sua vontade. Nós queremos o que for do agrado de Deus, que tantas vezes salvou das vossas mãos o nosso sangue, e a quem portanto, e com razão, bem como aos seus desígnios irrevogáveis, não deixaremos de admirar, não só porque em seu poder estão todos os males, mas ainda porque, por sua suprema razão, submete a nós as desgraças, as dores e as injúrias.

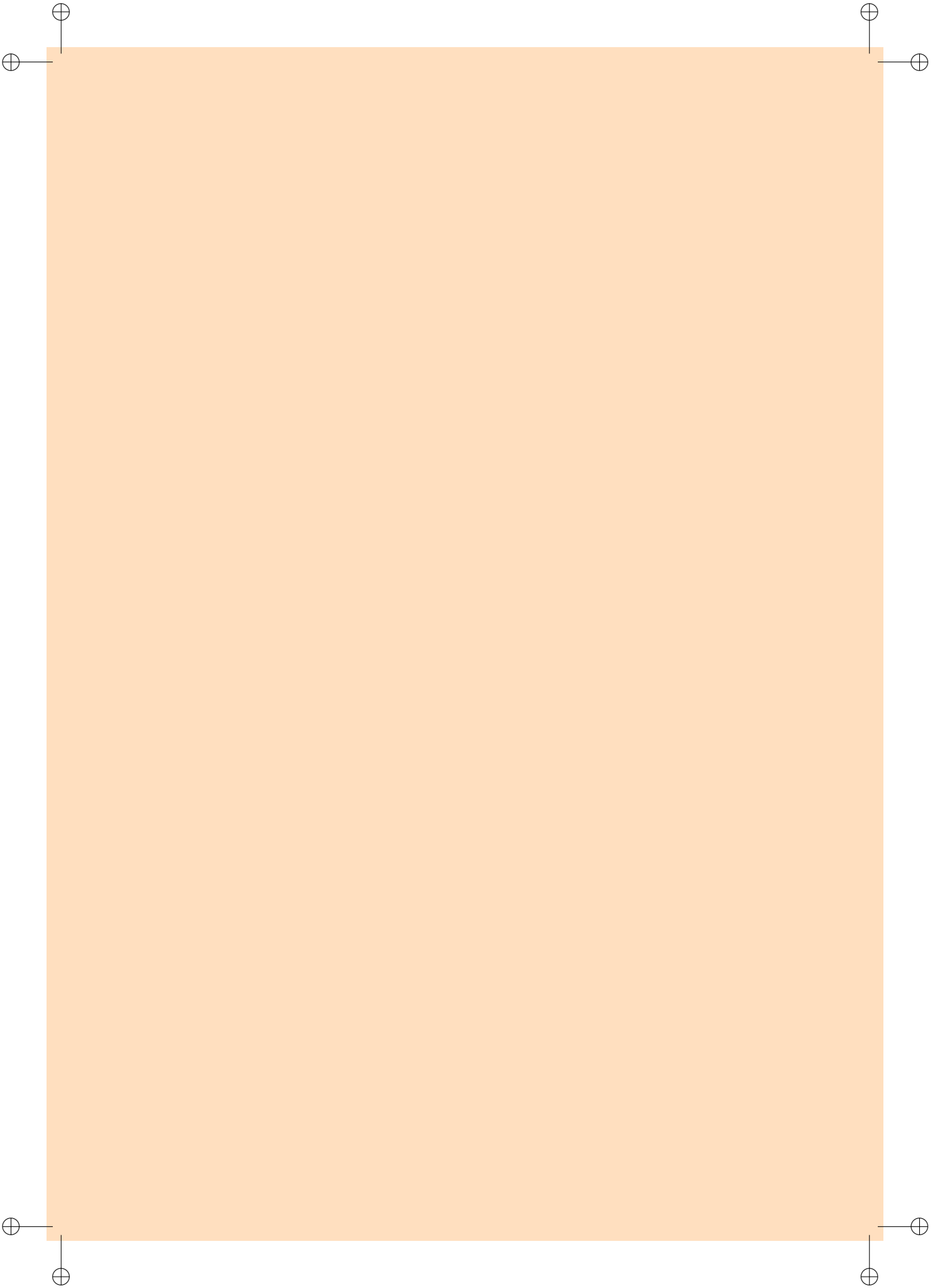
E vós ide-vos daqui, pois só a ferro se abrirão as portas da cidade. Pouco valem para nós as desgraças, as dores e as injúrias.

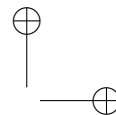
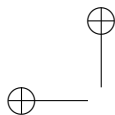
E vós ide-vos daqui, pois só a ferro se abrirão as portas da cidade. Pouco valem para nós as vossas ameaças e os gritos dos bárbaros, de quem melhor conhecemos o valor que a língua. As desgraças inevitáveis que nos prometeis, dependem do futuro, se é que têm de acontecer; e atormentar-nos com o que está por vir nada mais é que loucura e atracção voluntária de misérias. Por isso rejeitamos os vossos bons ofícios de consolação e deixamos lá para diante o que nem nos é lícito discutir agora. A nossa própria timidez nos aconselhará a tudo suportar, por quanto o temor, quando é penetrante e desesperado, faz dos nossos covardes valentes, e o valor é tanto mais forte

*quanto mais a necessidade o fustiga. Mas para que demorar-vos mais tempo?
Fazei o que puderdes: nós o que for da vontade de Deus.*

NOTA: Excertos transcritos da obra *Conquista de Lisboa aos Mouros, Carta de um Cruzado Inglês que participou nos acontecimentos*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989, pp. 42 a 47, traduzida por José Augusto de Oliveira e prefaciada por José da Felicidade Alves.

Em 1936, o Professor Doutor José Augusto de Oliveira traduziu cópia de um relatório em forma de carta sobre a conquista de Lisboa aos mouros, conhecido pelo nome de *De Expugnatione Lyxbonensi*, extraídos de fotocópia do códice do Colégio do Corpus Christi de Cambridge, que se encontra nos arquivos da Biblioteca Nacional de Lisboa, secção de manuscritos, nº 9.817. Também pode-se consultar outras versões da obra, na mesma biblioteca, sob o título *Conquista de Lisboa aos mouros em 1147 . . .*, cotas: H.G. 14473V; H.G. 27165P; H.G. 15192V; H.G. 49748V.





**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT –
Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto “Projecto
Estratégico – UI 77 – 2011-2012”**

